

21ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ATA N.º 21/2025

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2025

----- Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte cinco, pelas vinte e horas, reuniu, presencialmente e simultaneamente transmitida via streaming nas instalações do Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Lousada. -----

----- Às vinte e uma horas e treze minutos, foi feita a chamada e verificou-se estarem presentes os seguintes Membros Municipais: -----

PRESENTES: -----

MEMBROS ELEITOS: -----

- -- Leonel Domingos Reis Vieira da Silva; -----
- -- **Sónia Cristina Lourenço Ribeiro** substitui José Bernardino Pinto Nogueira; -----
- -- Antero de Sousa Correia substitui João Carlos Pinto Correia; -----
- -- Agostinho Gaspar de Oliveira Ribeiro; -----
- -- Eduarda Filipa Pereira Ferreira; -----
- -- João Carlos Sousa Teixeira da Fonseca; -----
- -- Rúben João Pinto Bessa; -----
- -- Maria José Pacheco Meireles Magalhães; -----
- -- Pedro Miguel Amaral Silva; -----
- -- Sónia Cláudia Fernandes de Oliveira; -----
- -- Vítor Carlos Almeida da Silva; -----
- -- Ana Cristina Leal Moreira; -----
- -- Adelaide Augusta Vieira Barata Gomes; -----
- -- **João Paulo Nunes Brito** substitui Ricardo Manuel de Bessa Marques; --
- -- Paulo Alexandre Pedro de Magalhães; -----
- -- **Maria de Lurdes Oliveira e Castro**. -----

OS PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA PRESENTES NA SESSÃO: -----

- -- Jorge Agostinho Magalhães Cunha, freguesia de Aveleda; -----
- -- Luis Daniel Fernandes Peixoto, freguesia de Caíde de Rei; -----
- -- **Carlos Manuel da Rocha Leal Ribeiro**, representante legal de Armando Jorge da Mota Moreira, freguesia de Lodares; -----
- -- Paulo Abílio Teixeira dos Santos, freguesia de Macieira; -----
- -- Joaquim Ribeiro de Magalhães, freguesia de Nevogilde; -----
- -- Diogo Agostinho Carvalho Aires, freguesia de Sousela; -----
- -- Elisa Maria Ferreira Cardoso Rosa Mesquita Pinto, freguesia do Torno -
- -- Eduardo António Sousa e Castro Taveira, freguesia da União das freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida);
- -- Eduardo A. Vilar Barbosa, freguesia da União das freguesias de Cristelos, Boim e Ordem; -----

- -- João Fernando Pinto de Magalhães, União das Freguesias de Figueiras e Covas;-----

----- **Verificou-se estarem presentes 26 Membros Municipais**, bem como a presença do senhor Presidente da Câmara Municipal de Lousada, Dr. Pedro Daniel Machado Gomes e dos senhores vereadores: Manuel António da Mota Nunes (PS), Maria do Céu Vieira Rocha (PS), Carlos Manuel Soares Nunes (Coligação Acreditar Lousada), Nelson Ângelo Coelho Oliveira (PS) e António Augusto dos Reis Silva (PS). -----

----- **Verificando-se a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, Maria de Lurdes Oliveira e Castro, declarou aberta a Sessão.** -----

----- **PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- A Presidente da Assembleia Municipal começou por informar os membros municipais presentes dos seguintes assuntos: -----

----- Em virtude da impossibilidade do Membro Municipal, 1.º Secretário da Mesa, José Bernardino Pinto Nogueira, de estar presente nesta sessão, por motivos pessoais, é nos termos legais substituído na Mesa pelo 2.º Rúben João Pinto Bessa, ficando, por isso, a composição da Mesa incompleta. Assim, cumprindo o disposto no n.º 5 do art.º 22.º do Regimento em vigor ("Na falta de um ou dois membros da Mesa, o Membro restante nomeia os outros elementos necessários"), chamaram o membro Municipal para suprir a falta. Nesses termos, solicitou ao Membro Municipal, Maria José Pacheco Meireles Magalhães, para integrar a Mesa da Assembleia Municipal nesta sessão ordinária como 2.º Secretário. -----

----- Em seguida informou os membros municipais presentes na sessão dos pedidos de substituições nos termos do artigo 78.º da Lei 169/99 de 18 de setembro (versão atualizada): -----

- João Carlos Pinto Correia (PS) substituído por: Antero de Sousa Correia (PS);-----
- Joana Sofia Pacheco Nogueira (PS) substituída por: Óscar Miguel S. da Silva (PS); -----
- José Bernardino Pinto Nogueira (PS) substituído por: Sónia Cristina Ribeiro (PS), uma vez que o elemento a seguir na lista, Lara da Rocha Santos não se encontrava disponível para estar presente na sessão decorrente. -----
- Ricardo Bessa Marques (PPD/PSD) substituído por: João Paulo Nunes de Brito, uma vez que os elementos Maria Emília Pereira Teixeira (PPD/PSD), André António das Neves Magalhães (PPD/PSD) e Luciana Isabel Dias Martins não se encontravam disponíveis para o efeito. -----

-----Mais informou ainda a substituição nos termos do n.º 3 do artigo n.º 10 do Regimento da Assembleia Municipal de Lousada e al. c) do n.º 1 do artigo 18 da Lei n.º 75/2012 de 12 de setembro (versão atualizada): -----

- Armando Jorge da Mota Moreira, Presidente de Junta da freguesia de Lodares, representado pelo seu representante legal Carlos Manuel da Rocha Leal Ribeiro. -----

----- -Em seguida a Senhora Presidente da Assembleia deu conhecimento das atas das reuniões de Câmara aos membros desta Assembleia Municipal: -----

–Ata n.º 77 de 03/02/2025; Ata n.º 76 de 20/01/2025; Ata n.º 75 de 06/01/2025; Ata n.º 74 de 23/12/2024; Ata n.º 73 de 09/12/2024; Ata n.º 72 de 29/11/2024 e Ata n.º 71 de 04/11/2024. -----

-----De seguida colocou a discussão/votação a Ata da Assembleia Municipal n.º 20/2024, referente à Sessão Ordinária realizada no dia 12 de dezembro de 2024, não se tendo registado qualquer intervenção, foi colocada a votação, a mesma foi aprovada por unanimidade pelos membros presentes participantes na sessão de 12 de dezembro de 2024. --

----- Não participaram na votação os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na referida Sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo. -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS GRUPOS MUNICIPAIS -----

-----A senhora Presidente da Assembleia deu **início ao período de intervenção dos Grupos Municipais**, dando a palavra aos Membros da Assembleia Municipal Presentes. -----

----- **Entraram às 21h16min, na sala da Sessão da Assembleia Municipal os seguintes elementos:** -----

- **Pedro Filipe Teixeira de Faria**, Partido Socialista;
- **Joaquim José Correia Bessa**, Coligação Acreditar Lousada;
- **Sandra Maria Leonor Pereira da Silva**, Coligação Acreditar Lousada;
- **Óscar Miguel Sobral da Silva**, Partido Socialista (substituto do membro efetivo Joana Sofia Pacheco Nogueira); -----

-----Intervenção do Membro Municipal, LEONEL VIEIRA, Coligação

Acreditar Lousada: «Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, senhora e senhor Secretário, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores Vereadores, senhores membros da Assembleia Municipal, comunicação social, estimado público e todos aqueles que nos estejam a ouvir via online. Senhor Presidente da Câmara, no último mês de dezembro, várias empresas do setor do vestuário encerraram no nosso concelho. Houve algum alarme social porque as perspetivas para o setor do vestuário, mas também para o do calçado, eram poucas auspiciosas. Temia-se o encerramento de muitas outras empresas. Felizmente, a situação estabilizou, apesar de sabermos das dificuldades que estes setores de atividade continuam a sentir. Então, publicamente e também aqui, na última sessão desta Assembleia Municipal, eu, em nome do PSD de Lousada e dos autarcas da Coligação Acreditar Lousada, anunciei que apresentaríamos um Plano Municipal de Crise e Emergência para apoiar os trabalhadores e as empresas em situação de fragilidade. Nos últimos meses, ouvimos trabalhadores, empresários, comunidade escolar e instituições de particular de solidariedade social e decidimos apresentar hoje ao executivo da Câmara Municipal de Lousada o nosso Plano Municipal de Crise e Emergência para apoiar os trabalhadores e as empresas em situação de fragilidade que é uma proposta em forma de recomendação. Em situações de aumento significativo do desemprego, exponenciadas pelo encerramento de empresas nos setores dominantes no concelho de Lousada, o vestuário têxtil, calçado e construção civil, comprometendo esta situação a instabilidade socioeconómica do nosso concelho, exige-se uma resposta estruturada e imediata, com medidas de curto, médio e longo prazo para mitigar os impactos da crise, apoiar diretamente os desempregados e promover a rápida recuperação económica. Este plano sistematiza um conjunto de ações de carácter sugestivo para aplicação em situações de crise e emergência. Em primeiro lugar, deve-se fazer um diagnóstico da situação: qual o setor ou setores de atividade mais afetados? Qual o número de desempregados? Junto do IEFP, Instituto de Emprego e Formação Profissional, associações empresariais e sindicatos, deve-se identificar o perfil dos desempregados, nomeadamente a faixa etária, as suas qualificações e experiência profissional, para direcionar ações concretas com respostas imediatas e criar mecanismos de emergência para apoio aos desempregados e suas famílias, sem esquecer também os empresários e as suas famílias, pois alguns deles também ficam em situação de fragilidade económica. Deve depois a Câmara Municipal de Lousada focar-se em apoiar a requalificação e reintegração dos desempregados, promover a formação profissional e encaminhamento para novos setores de atividade, apoiar novos negócios e empreendedorismo. Colaborar na criação de novas empresas através de apoio técnico e jurídico, promover a atração de investimento e a reindustrialização, criando condições para novas empresas se instalarem em Lousada e que possam oferecer empregos melhores remunerados. Entretanto, têm que ser tomadas

medidas concretas e faseadas. Medidas a curto prazo, nos primeiros 6 meses: apoio direto aos desempregados, com a criação de dinamização de um Gabinete Municipal de apoio ao desempregado, atendimento especializado para orientação profissional, apoio social e encaminhamento para programas de apoio. Criar uma bolsa de emprego local, plataforma digital e física para conectar desempregados e vagas disponíveis, apoio financeiro de emergência, articulação com a segurança social para acelerar o acesso a subsídios. Implementar um plano de assistência social para desempregados sem condições dignas de vida, nomeadamente no apoio na alimentação através de vales para supermercados e também solicitando o apoio às instituições de solidariedade social que recebem alimentos via banco alimentar, apoio na aquisição de medicamentos, garantindo acesso gratuito ou a preços reduzidos, redução ou suspensão de tarifas municipais, incluindo água, taxas de lixo e saneamento. Apoio no pagamento das despesas de educação dos filhos desde o primeiro ciclo até ao mestrado. Apoio no pagamento nas rendas habitacionais para evitar despejos, oferecer assistência jurídica gratuita na renegociação de créditos à habitação junto dos bancos, possibilitando a suspensão ou redução temporária das prestações. Mais medidas na área da formação e requalificação nos primeiros 6 meses, em parceria com o IEFP e escolas profissionais, para requalificação em setores como energias renováveis, manutenção industrial, serviços de saúde e apoio domiciliário, comércio digital e marketing, novas tecnologias e programação. Criação de programas de estágios remunerados para jovens e adultos em requalificação. Mas deve também o Município de Lousada deve também promover o empreendedorismo e o autoemprego com medidas concretas, nomeadamente criar um fundo municipal de apoio a pequenos negócios, apoios financeiros para desempregados que queiram iniciar negócios próprios, implementar o programa que designáramos de "Lousada Empreende Mais" com o apoio de mentores, formação e incentivos para startups e microempresas. Mas entendemos que são necessárias mais medidas, medidas de médio prazo, entre 6 a 18 meses. Propomos a implementação de estímulos à criação de empregos através de redução de impostos e taxas municipais para empresas que contratem desempregados locais, criação de mais incentivos para instalação de novas indústrias em Lousada, captação de investimento através de parcerias com associações empresariais e investidores estrangeiros. Criação e dinamização do Gabinete Municipal de Apoio ao Investidor. Mobilização de empresários, associações e entidades governamentais para captar investimento e atrair novas empresas para Lousada. Promoção de setores estratégicos como tecnologia, turismo, agroindústria e serviços especializados. Garantia de apoio municipal na instalação e crescimento de empresas. Defendemos ainda a diversificação da economia local. Devemos fomentar a economia criativa, apoiando negócios no setor turístico, gastronómico e cultural, incentivar o setor agrícola e a produção local, promovendo programas de apoio a pequenos agricultores e

cooperativas. Medidas a longo prazo, mais de 18 meses: atração de grandes empresas e indústrias com a criação de novas áreas de acolhimento empresarial e industrial, isenções fiscais na construção de áreas de acolhimento empresarial e industrial promovidas pelo setor privado, apoio na reindustrialização de fábricas encerradas. E uma aposta contínua na qualificação da mão-de-obra, apostando na formação em áreas tecnológicas para adaptação às novas exigências do mercado, promover parcerias com universidades e centros de inovação para aumentar a competitividade do nosso concelho. -----

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, todas estas propostas e ações devem ser monitorizadas e avaliadas. Para isso, devem ser efetuados relatórios trimestrais sobre o impacto do plano a criar-se e criar-se uma comissão de acompanhamento com representantes da Câmara Municipal, das empresas, do IEFP, das associações empresariais e dos sindicatos. Este plano visa não apenas mitigar os efeitos do desemprego, mas também reposicionar Lousada como um polo de inovação e resiliência económica.»-----

----- Entraram às 21h26min, na sala da Sessão da Assembleia Municipal os seguintes elementos: -----

- **Fausto Manuel da Costa Oliveira**, Presidente da União das Freguesias Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga e, -----
- **José Oliveira Nunes**, União das Freguesias de Nespereira e Casais; ---

----- **Intervenção do Membro Municipal, PEDRO AMARAL, Coligação Acreditar Lousada:** «Antes de mais cumprimentar a Mesa, o executivo, na pessoa do Senhor Presidente, os colegas e as colegas deputadas, senhores Presidentes de Junta, a comunicação social, o público aqui presente e os Lousadenses que nos seguem em casa. Venho intervir antes da ordem do dia porque quero trazer aqui um tema cada vez mais comentado nas ruas e que tem que ver com o crescente propagandístico do executivo socialista, com recurso a meios institucionais do Município de Lousada. E, venho fazê-lo com lealdade para que estas questões fiquem aqui consignadas em ata, até para que ninguém possa depois alegar desconhecimento ou desculpar-se com aselhice dos técnicos de comunicação. É notório que há um esforço para aproveitar ao máximo os meios de comunicação do Município antes da publicação do decreto das eleições, altura em que o executivo ficará legalmente impedido de publicar tudo o que lhe apetecer para promover o perfil de quem lhes interessa. Comenta-se também pelas ruas que o executivo praticamente desapareceu e que só o cidadão/vereador/Presidente do PS/putativo candidato Nelson Oliveira é que aparece como rosto do Município. E, por isso, senhor Presidente, queria deixar-lhe algumas questões. Pergunto se acha normal o executivo investir 150 mil euros em ecrãs publicitários à borda

da estrada a um ano das eleições? Pergunto, se acha normal que em Lousada as informações institucionais do Município sejam primeiro publicadas pelo cidadão/vereador/Presidente do PS/candidato Nelson Oliveira e só depois repartilhadas pelo Município? Pergunto, se acha normal que em 9 semanas esta situação se tenha repetido pelo menos 11 vezes, mesmo depois de ter sido levantada a questão em reunião de Câmara? Pergunto se acha normal que o cidadão/vereador/Presidente do PS/candidato Nelson Oliveira faça estas publicações com recurso a grafismos do Município, mas que ainda não foram publicadas oficialmente nas redes municipais. Pergunto se acha normal que o cidadão/vereador/Presidente do PS/candidato Nelson Oliveira tenha acesso antecipado e publique fotos timbradas tiradas por técnicos municipais antes do próprio Município as publicar. E já agora pergunto se acha credível que os serviços de comunicação tenham elaborado publicações timbradas e as tenham facultado sem ordens a um vereador alheio ao pelouro da comunicação para que as publicasse a título particular antes do Município. Lousada, de facto, deve ser um microclima, porque aparentemente só aqui é que é normal as informações municipais serem publicadas primeiro pelos cidadãos/líderes políticos/vereadores/candidatos do que pelas próprias páginas institucionais da Câmara. São novas diretrizes, Senhor Presidente? O pelouro da comunicação passou do seu vereador António Augusto para o vereador Nelson Oliveira, sem conhecimento da oposição. De quem é a responsabilidade ou vai acabar atirada para os técnicos? Sabe, Senhor Presidente, tenho ficado desiludido, reconhecia-lhe outro tipo de rigor e cuidado na sua gestão do que vejo agora na atuação que Vossa Excelência permite aos outros para que, ainda sob a sua chancela, usem destes subterfúgios para tentarem substituí-lo? Por fim, Senhor Presidente, pergunto, a seu ver, qual o objetivo: informar, lembrar ou capitalizar desde já intenções de voto? E faço estas questões não só para que estejamos todos dentro das regras que Vossas Excelências parecem querer jogar, mas também para chamar a atenção dos lousadenses para o atual estado de coisas na política em Lousada e alerto o executivo que esta mesma semana o Supremo Tribunal de Justiça condenou um ex-autarca por violações precisamente deste tipo de deveres em período eleitoral. Pelo que fica o aviso da minha parte: não deixarei passar nesse período qualquer apropriação dos meios institucionais do município para promoção do Partido Socialista, porque Lousada não é vossa, não é nossa, nem é minha, é dos Lousadenses.» -----

Intervenção do Membro Municipal, EDUARDA FERREIRA, Partido Socialista: «Excelentíssima senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lousada, excelentíssimo executivo na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, excelentíssimos senhores Deputados Municipais eleitos, excelentíssimo público aqui presente, comunicação social e público que nos vê em casa. -----
Relativamente ao Plano Municipal de Crise e Emergência, concordo, está

um plano interessante, mas também devo dizer outra coisa: 90% do que o Dr. Leonel veio aqui elencar foi feito pelo Município no momento certo e é nomeadamente feito pelo CLDS. Portanto, concordo, mas já está a ser feito. Vieram aqui, foi dar-lhe um nome pomposo. Depois, senhor Deputado Pedro, eu sei que as eleições são este ano. O senhor está acicatado e vocês estão acicatados porque realmente são muitos anos de poder do Partido Socialista. Percebo a vossa aflição, mas efetivamente os epítetos todos que veio aqui trazer, entre os quais a qualidade de Vereador do Dr. Nelson Oliveira, é exatamente esse epíteto que lhe dá o direito de fazer publicações com o timbre do Município de Lousada. Nenhuma publicação que eu saiba, depois, antes, ao mesmo tempo, é totalmente indiferente, não há nada que o impeça. Não pode é vir para aqui dizer que é na qualidade de Presidente do PS Lousada, porque em nenhum momento o Município faz partilhas do facebook ou de outro tipo de rede social do Partido Socialista. Isso nunca viu e nunca verá. -----

Em relação ao Período Antes da Ordem do Dia, tenho uma questão para o senhor Presidente, se me pudesse esclarecer. Deixe-me só ver aqui que a trago escrita. Senhor Presidente, creio que terá sido há duas, três semanas, soubemos que houve uma reprogramação dos fundos do PRR por parte deste Governo, nomeadamente em matéria de habitação. E, sabendo que temos aqui uma série de projetos pendentes de habitação acessível, sou-lhe sincera, estou preocupada com essa situação e com as possíveis consequências dessa reprogramação. Se me pudesse a mim e a todos os cidadãos lá em casa, explicar o ponto de situação, muito agradecia.» ----

-----**Resposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, PEDRO**

MACHADO: «Muito boa noite a todas e a todos. Um cumprimento especial à Senhora Presidente da Assembleia Municipal. E, começando por responder ao senhor deputado Dr. Leonel Vieira, já estava mesmo a ver que plano ia ser esse! Aliás, creio que o disse aqui na Assembleia que nós poderíamos fazer uma súmula de todas aquelas iniciativas e ações que o Município tem ao dispor, desde longa data, e que são aplicáveis não só a estes contextos de dificuldade por força de eventuais falências, como em qualquer outra crise social que possa existir. Se elencássemos essas medidas, seguramente que dava um bom plano como, aliás, eu pensei que era isso que estava a fazer. Pensei que tinha feito uma análise daquilo que são as ações e as iniciativas do Município e tivesse começado a fazer a sua apresentação até que chegou a uma altura em que efetivamente há alguma novidade. E qual é a novidade? Quais são as medidas que o senhor aqui propôs e que nós não as temos em prática? É esse apoio direto às empresas. Ora, o apoio direto às empresas tem regras, como é óbvio, sendo certo, desde logo, que os municípios não têm competência para fazer aquilo que não estiver previsto na lei, pelo que não podem conceder isenções ou reduções de taxas e impostos ou atribuir apoios que não estejam previstos na lei e, portanto, dentro daquilo que for o enquadramento legal, seguramente estamos sempre disponíveis para o efeito. E, temos, aliás, um regulamento publicado no Diário da República,

que foi aprovado há 2 ou 3 mandatos que é o Regulamento de Incentivos Fiscais para Projetos de Interesse Municipal que, em função do investimento e do número de postos de trabalho, qualquer empresa poderá beneficiar, mas, lá está, enquadrado na lei e com determinado propósito. Ora, para acudir a dificuldades económicas, os municípios não podem atribuir apoios às empresas! Mas que impostos é que a Câmara poderia reduzir ou isentar? Quais são os impostos que as empresas pagam ao Município? O IMI? E, seria isso que iria resolver o problema das empresas em dificuldades? E onde é que está na lei o enquadramento legal para nós reduzirmos o IMI a uma empresa que esteja em dificuldades? E o que é isso de ter dificuldades? Ou seja, caiu na própria armadilha que fez, porque efetivamente anunciou um plano e depois ficava-lhe mal se esquecesse o assunto e se não viesse aqui a esta Assembleia, explicar aquilo que é esse plano. Mas o seu plano é aquilo que nós fazemos, desde longa data, não é de agora! Salvo uma ou outra proposta que veio aqui propor e que os municípios não têm condições legais para as implementar. E, já agora, eu tenho curiosidade porque vi na comunicação social que a distrital do Porto PSD tinha apresentado um plano de intervenção junto do Governo para fazer face às dificuldades das empresas. Isso é que valia a pena o senhor vir cá dizer que medidas são essas que o PSD Porto propôs ao Governo para ajudar as empresas! Que medidas são essas e que resultado é que teve essa iniciativa? Porque, que eu tenha visto, na Comissão Social não saiu nada! Isso seria mais útil do que vir aqui, com um exercício de demagogia, apresentar propostas que já estão implementadas. E, por isso, fica aqui o registo de que a “montanha pariu um rato.» -----

----- **Senhor Presidente de Câmara, PEDRO MACHADO, concedeu a palavra à senhora Vereadora MARIA DO CÉU ROCHA, Partido Socialista.** -----

----- **Entrou às 21h48min, na sala da Sessão da Assembleia Municipal o seguinte elemento:** -----

- **Nuno Daniel de Sousa Ferreira**, Presidente de Junta da Freguesia de Meinedo; -----

----- **Intervenção da senhora Vereadora, MARIA DO CÉU ROCHA, Partido Socialista:** «Boa noite a todos. Relativamente a este Plano de Emergência, muitas das sugestões que foram dadas aquando da situação de maior crise no nosso concelho, eu disse na altura que estavam já em marcha. O senhor Deputado Municipal começa por indicar que deveria ser feito um diagnóstico da situação, fazer levantamento das estatísticas para dar nota que as estatísticas efetivamente do IEFP são acompanhadas mensalmente, porque é uma forma de nós sabermos a quem dirigimos as ações de formação. Disse que devíamos ver o perfil destes desempregados. E este perfil destes desempregados é avaliado pelas estatísticas do IEFP. O que é

que acontece? Por concelho, nós conseguimos perceber número de homens, número de mulheres, idade, níveis de escolaridade e, com isto, muitas vezes nós adaptamos aquelas que serão as medidas mais adequadas, e é isso que temos feito. Na altura foi uma situação de urgência e, mediante a urgência, nós encaminhamos as pessoas que estavam em maior carência económica para os apoios. Falou aqui na redução das tarifas da água, de saneamento, isso é já uma prática que está no regulamento de estratos sociais desfavorecidos e, portanto, qualquer pessoa que se viu numa situação que ficou sem os seus rendimentos. Fizemos a avaliação socioeconómica e as pessoas foram ajudadas. Foram também apoiadas nas rendas. Não há ninguém que seja despejado por uma situação de desemprego e para isso é que servem os apoios eventuais. E, portanto, todas as pessoas que se viram nessa situação foram apoiadas, portanto não inventamos a roda, já existia aquilo que é aplicado. A renegociação dos créditos é a mesma coisa. Nós temos, muitas vezes, as pessoas não sabem como fazer e temos feito o acompanhamento, encaminhado muitas vezes o apoio dos técnicos junto dos bancos para que haja maior força para que consigam rever estes créditos e não se endividem ainda mais. Relativamente aos cabazes, seja do Banco Alimentar, seja para o APMC, seja dos cabazes alimentares da Câmara Municipal, que regra geral são o último recurso. As pessoas nunca ficam sem os bens essenciais, portanto, toda esta avaliação foi feita, foi feito o acompanhamento, foi feito o reforço da inscrição o quanto antes, a que o centro de emprego teve um comportamento exemplar e acedeu de imediato, de modo que as pessoas receberam logo no mês seguinte a prestação do desemprego e, conforme lhes tinha prometido e tinha anunciado aqui na Assembleia do mês de dezembro. Em janeiro, colocamos em marcha um plano de qualificação. Portanto, nós convocamos os jovens todos entre os 18 e os 35 anos inscritos nos serviços de desemprego, foram 200 pessoas. Foi precisamente as sessões feitas aqui neste salão nobre. Convidamos todos a inscreverem na formação que iria ao encontro daquelas que seriam as suas necessidades. Foram convidados a participar num Bootcamp de empreendedorismo que, muitas vezes, não é mais do que uma capacitação para a procura de emprego, porque muitos jovens, de facto, têm muitas competências, mas não conseguem exteriorizar aquilo que sabem e precisam de uma sessão de capacitação. Portanto, foram 35 horas de capacitação e, dentro desta capacitação, receberam ferramentas também para a criação do próprio emprego. E, com isto, caso mantenham aquele seu objetivo da criação do próprio emprego, possam ter aqui uma consultoria totalmente gratuita neste acompanhamento. Esta sessão foi feita com ET, está divulgada e repetiremos as vezes que forem necessárias para dar resposta aos jovens e aos menos jovens que queiram então criar o próprio emprego. Dar nota ainda de que desenvolvemos esforços há uns meses para um projeto que será partilhado pela CIM, que tem a ver com uma incubadora e que nós disponibilizamos aqui em Lousada um Hub de acompanhamento para o apoio à criação da própria empresa. Portanto, nós temos o Gabinete de

Apoio ao Empreendedor já há muitos anos, como dizia o Senhor Presidente, temos medidas implementadas há muitos anos, mas eu creio que é preciso um reforço muitas vezes porque este Hub vai nos permitir fazer o acompanhamento e elaboração das candidaturas, que é aquilo que falta muitas vezes. De salientar ainda que a CIM detém um espaço empresa a que qualquer cidadão da Comunidade Intermunicipal se pode inscrever e receber todo o apoio para a criação da própria empresa. Portanto, existem cada vez mais ferramentas para que as pessoas possam efetivamente criar o seu próprio negócio. Nestas sessões com a Jumpbox, trouxe técnicos do Centro de Emprego, trouxe empresários que explicaram como é que se pode inscrever no centro de emprego para estas sessões de esclarecimento também do IEFP para a criação do próprio emprego, beneficiando dos apoios e, portanto, as pessoas tiveram a possibilidade de conhecer todas estas ferramentas. Lancei ainda um desafio ao IEFP, que mais uma vez acedeu e, portanto, muitas vezes nós desenvolvemos formação de dupla qualificação, portanto, confere qualificação escolar e qualificação profissional, mas prolongam-se muito no tempo. Estamos a falar de formações que duram cerca de um ano e meio e, para os adultos, nem sempre é possível estar um ano e meio em formação. E isto porque, ao final deste ano e meio, tem 210 horas de formação em contexto de trabalho, o que lhe gera muitas vezes um emprego a seguir. Então, aquilo que nós fizemos foi lançar o desafio de fazermos pacotes de formação modular. E, no final dessa formação modular, ter formação em contexto de trabalho. O que significa que existe uma maior aproximação às empresas, as pessoas têm contato direto com as empresas, o que muitas vezes, quando alguém diz que não tem experiência, fica durante umas boas horas este contato com este possível trabalhador para perceber se vai ao encontro das suas necessidades. Portanto, aquilo que antigamente se restringia apenas ao contexto de sala de formação, agora as pessoas têm a possibilidade de fazer um estágio no final, no sentido de procurar ter maior sucesso na integração profissional. Portanto, dou-lhe apenas nota de que não foi após meio ano da situação de desemprego. Esta ação de formação Agentbox foi de 21 a 24 de janeiro, esta primeira leva começamos logo formação de assistente administrativo. Nós tivemos dezenas de inscrições. Esgotaram no primeiro dia em que divulgamos a ação e temos 30 formandos nessa sala. Vamos já iniciar outras, nomeadamente ligada à saúde. Desenvolvemos também contactos com CENFIN e vamos começar a formação na área da metalomecânica, nomeadamente para reconverter estas pessoas. Há uma série de empresas a procurar Lousada para se instalar. E, portanto, este plano de emergência, como dizia ali a Senhora deputada Municipal Dra. Eduarda, estará certamente 90% executado, por assim dizer, desde já há bom tempo. Queria ainda só dar nota do seguinte: Isto para dizer que a formação é financiada e as pessoas recebem apoio ao longo deste tempo. Fomos diversificando as áreas da formação conforme estava a dizer, nomeadamente em todas estas áreas que vocês foram elencando. E só dizer o seguinte: o senhor Presidente esqueceu-se de dizer que em Lousada a derrama é zero, portanto os nossos impostos estão no mínimo. É mesmo

atrativo vir para Lousada. E eu queria só dar-lhes nota de que diariamente nós recebemos questões se há mais lotes para se instalarem em Lousada, porque efetivamente é atrativo vir para Lousada. E estou certa de que as pessoas vão se requalificar e vão encontrar novas saídas profissionais porque têm tido todas estas oportunidades aqui já mencionadas. Muito obrigada.» -----

----- **CONTINUAÇÃO da resposta do senhor Presidente da Câmara Municipal,**

PEDRO MACHADO: «Muito obrigado, Dra. Maria do Céu. Afinal, não é só o Vereador Dr. Nelson Oliveira que aparece e que fala, e é bom sinal. É sinal de que é uma equipa e cada um assume a sua responsabilidade, o que não quer dizer que cada um dos Vereadores não sinta orgulho naquilo que os outros fazem e que a Câmara faz no seu todo. Portanto, cada um deles, obviamente, tem legitimidade, no fundo, para divulgar aquilo que de bom se faz no concelho. A senhora Vereadora já falou aqui na questão da derrama quando questionei, mas que impostos são esses? Eliminei a derrama porque ela já não existe. Nunca existiu aqui no Município e seria uma receita considerável. Também não falei, nem a senhora Vereadora, noutro projeto que é determinante. É sempre importante, mas então num contexto de crise seria ainda mais relevante, que é a questão do Centro de Formação Profissional. Eu vejo este assunto com alguma apreensão porque vejo os prazos encurtar. O concurso público já abriu e espero que haja propostas, porque é uma oportunidade porventura única, é um investimento avultadíssimo que é financiado pelo PRR. Creio que as propostas podem ser apresentadas até ao próximo mês e espero que haja de facto propostas e que haja obra, porque vai ser uma ferramenta fundamental para o nosso concelho e para a nossa região, e onde vamos dar prioridade a essas áreas de formação, a essas e muitas outras que o senhor Vereador, Dr. Leonel, aqui referiu. -----

-----Relativamente à intervenção do Dr. Pedro Amaral, dito assim, da forma que o senhor disse, até parece que estouramos 150 mil euros em ecrãs publicitários para fazer propaganda, porque vem aí um ato eleitoral! Senhor Deputado, vou fazer um esforço para não me meter outra vez consigo, até porque, pela primeira vez, teceu-me aqui um elogio, ao dizer que está admirado como é que o meu rigor permitiu que agora, enfim, permita que os Vereadores se autopromovam! Como se não fosse normal os Vereadores promoverem o trabalho que se faz em Lousada. Estes 150 mil euros que o senhor referiu, dizem respeito a um projeto que já foi aqui falado mais de uma vez, que é uma candidatura a fundos europeus numa área que não é usual os Municípios candidatarem-se, porque não são verbas do Norte 2020 ou do Norte 2030, são candidaturas que são apresentadas diretamente a Bruxelas em parceria com outras entidades. E, nós temos feito isso repetidamente, aliás, se fizéssemos um exercício comparativo no que respeita a candidaturas apresentadas diretamente a Bruxelas, Lousada apareceria seguramente nos primeiros lugares a nível nacional, em todas as áreas, nas áreas sociais, na área da educação e na área do desporto. Este projeto é na área da mobilidade, é um projeto que nos permitiu fazer

investimentos muito importantes para o futuro, sobretudo neste contexto e neste objetivo de sermos uma verdadeira Smart Village, para não dizer Smart City, porque não somos cidade. Esses ecrãs foram financiados por fundos comunitários porque serão determinantes na política de mobilidade e de informação aos cidadãos. Dir-me-ão, mas isso é assim tão importante? Era uma das valências dessa candidatura, que é por exemplo, o controlo do estacionamento. Aquelas meias esferas que vocês veem nos parques de estacionamento estão relacionadas com isso, para controlar o trânsito e a disponibilidade de estacionamento. Daqui a algum tempo vai ser possível, por exemplo, quando alguém passa junto a esses ecrãs, saber onde há lugares de estacionamento disponíveis, tal como já acontece nos parques de estacionamento dos shoppings. Estou a lembrar-me também de outro exemplo, na mesma candidatura, de um investimento que é importantíssimo e tem que ver com os contadores inteligentes de água. Ao abrigo desta candidatura, conseguimos financiar uma rede própria de comunicações, tendo sido colocadas antenas no concelho que cobrem a esmagadora maioria do concelho e que nos vai permitir a transmissão de dados dos contadores inteligentes. Aliás, já apresentámos outra candidatura para a aquisição de contadores inteligentes de água. Com isso, vamos dar um salto qualitativo brutal na qualidade do serviço de abastecimento de água, porque, de quando em vez, temos algumas reclamações porque as leituras não foram feitas com a frequência que as pessoas gostariam, pese embora não ser obrigatório fazê-las todos os meses, porque a lei prevê que haja estimativas, mas, sobretudo, vai permitir-nos praticamente na hora ou no dia, que possamos sinalizar consumos anormais. Muitas vezes, as pessoas, quando têm problemas nas suas redes e têm fugas, deparam-se com faturas com valores astronómicas, porque, entretanto, a fuga durou um mês. A partir do momento em que tivermos os contadores inteligentes a funcionar, vamos conseguir detetar os consumos anormais em cada local de consumo, no próprio dia e vai ser possível nós emitirmos logo um alerta para o consumidor. E, portanto, este sistema vai ter ganhos de eficiência fantásticos. Porque é que não avançamos mais cedo com isto? Porque, por um lado, os contadores são muitíssimo mais caros. Há um investimento inicial considerável que é preciso fazer e que nós agora vamos conseguir também financiar através do Norte 2030. Mas, por outro lado, iria aumentar a despesa corrente, porque os contadores precisam de enviar dados, e esses dados teriam de ser enviados através das redes das empresas de telecomunicações, que cobram um FEE, o que determinaria uma despesa considerável mensal e anual. E, portanto, através deste sistema que adquirimos de antenas vamos ter esse problema resolvido de modo gratuito. Há algumas zonas do concelho, que a cobertura não é satisfatória, mas depois há outros sistemas complementares, nomeadamente através de um equipamento de leitura que passa num veículo ligeiro que faz a leitura desses contadores que não estão abrangidos pelo sistema de antenas. Portanto, só para que fique claro, que estes painéis não foram adquiridos para passar publicidade e, muito menos, propaganda. Foi com este propósito, naturalmente, se estão

disponíveis também, obviamente, devemos usá-los para a publicidade institucional do Município. -----

----- Depois, relativamente ao outro assunto, quando na reunião de Câmara me falaram que o Município fazia partilhas das publicações do Presidente do PS, eu achei aquilo muito descabido. Mas depois percebi que não era o Presidente do PS, nem a página do PS, como é óbvio. Foi o Vereador Dr. Nelson Oliveira que, no seu perfil ou na sua página, fez determinadas publicações e continua a fazer, e bem, de ações, iniciativas, realizações do Município ou com interesse para o Município. E, portanto, não vejo mal nenhum nisso. Aliás, é aquilo que se faz em todos os municípios. Mas o senhor Vereador vai ter oportunidade também de o dizer. Vejo isso em muitas autarquias, vejo isso inclusivamente no Governo. E, portanto, não percebo qual é o vosso problema, ou melhor, eu percebo qual é a vossa preocupação. Se vocês pudessem decretariam a lei da rolha, eu sei que dava jeito. Mas, enfim, ainda não chegámos aí e, portanto, os Vereadores dentro daquilo que é o exercício das suas funções, têm o direito de usar aquilo que eu começo cada vez mais a abominar, que são as redes sociais. Aliás, vai ser uma das primeiras coisas que eu vou fazer quando sair desta vida autárquica, provavelmente vou sair das redes sociais porque eu dizia até pouco tempo que tinham tanto de bom como de mau, mas neste momento, o mau já superou o bom. E, portanto, sinceramente, muitas das vezes fico maldisposto, porque apesar de já ter muitos anos disto, acho que as pessoas não têm noção, algumas pessoas, poucas felizmente, não têm noção de que as redes sociais não foram criadas para enxovalhar ninguém, nomeadamente através de perfis falsos. Aliás, ainda há dias aconteceu com colegas meus e comigo. Algum anormal criou um perfil falso com a minha imagem e, portanto, um cidadão mais distraído pensa que aquela página era mesmo minha e, nós denunciámos logo isso. Aconteceu com o meu colega de Valongo e tem acontecido com uma série de pessoas. Não pode valer tudo e, sinceramente, é saturante. Mas por outro lado é pena, porque as redes sociais foram concebidas para, enfim, estarem ao serviço dos cidadãos e para os informar, mas com esta desresponsabilização das empresas proprietárias das redes sociais que acham que não têm de fazer esses filtros e que não têm de ser polícias, o problema tende a agudizar-se. Não sei para onde é que isto vai caminhar. Mas dizer o seguinte que nós temos noção dos deveres aos quais estamos obrigados nos períodos eleitorais, mas não é disso que se trata, embora me pareça que aí também tenha havido interpretações demasiado restritivas e há um consenso generalizado de todos os partidos de que essa lei devia ser alterada. Naturalmente, que não faz sentido, por exemplo, haver inaugurações em cima das eleições. Por acaso aqui Lousada, nós nem temos muito hábito de fazer inaugurações e poucas inaugurações fiz de obras que nós realizamos, mas também não se pode exigir a alguém que está em exercício de funções que não divulgue aquilo que faz. Aliás, eu tive de responder à Comissão Nacional de Eleições nas últimas legislativas, porque assumi, na minha página pessoal, o apoio ao Pedro Nuno Santos. E, houve alguém que se sentiu mal com aquilo e que apresentou uma denúncia à Comissão

Nacional de Eleições. E, eu tive de apresentar uma resposta. E, é isto, enfim, como se fosse alguma novidade que eu apoiava o candidato do PS. O certo é que a Comissão Nacional de Eleições se deu ao trabalho de me notificar para eu responder e eu respondi. -----

--- ----- **Senhor Presidente de Câmara, PEDRO MACHADO, concedeu a palavra à senhor Vereador, NELSON OLIVEIRA, Partido Socialista.** -----

--- **Intervenção do senhor Vereador, Dr. NELSON OLIVEIRA, Partido Socialista:** «Muito boa noite a todos. Eu estaria preparado para assuntos que valham a pena aqui ao Município. Saúde, habitação, isso sim, diz alguma coisa às pessoas que estão em casa. Vem falar do que é que eu partilho nas minhas redes sociais? É este o assunto da Assembleia Municipal. É o assunto que lhe preocupa e nós temos de responder, mas achava que vocês não iriam dizer tal coisa. Depois de terem dito isso na reunião de Câmara, também fiquei assim um bocado confuso que crime de lesa-pátria é que terei feito a não ser quando sou convidado para ir a instituições ou fruto do meu trabalho fazer alguma divulgação e marcar no Instagram, que é isso que está aqui em causa o Município. Que é por acaso onde estou a exercer funções. Não houve nenhuma publicação do PS Lousada onde quer que seja. Eu sei que não disse isso, mas para quem perceba, para não confundir as coisas, não houve nada e mais e, nestas publicações não houve um cêntimo gasto pelo Município, porque muitas das vezes, se calhar a solução que vocês neste caso, o Deputado Pedro Amaral propunha, como muitas outras Câmaras têm é andar com um batalhão de agências de comunicação atrás a fazer este trabalhinho todo e a pagar-lhes. E aí sim. Mais espanto, ainda, eu tive confesso que nem tinha reparado nisso. Sabe quem é o Nuno Melo ponto CDS? O Nuno Melo ponto CDS é o perfil de Instagram do líder do seu partido. E como você está tão incomodado com isso, diz assim, Presidente do CDS/PP, na designação Ministro da Defesa Nacional e, se quiser, pode ir lá agora ver o que é que ele partilha. Partilha situações dele próprio em que marca o Ministério da Defesa Nacional. O inverso também acontece e partilha coisas do CDS, portanto, se calhar ao sair daqui, é melhor ligar-lhe para dizer que vai estar muito atento para a próxima tem de cumprir a lei. Mas também de outro trabalho, Carlos Moedas, vocês estão disponíveis para irem lá ver situações em que a Câmara Municipal de Lisboa identifica Carlos Moedas e ele aceita. Estamos a falar só do Instagram. Situações inversas em que o Carlos Moedas promove o seu próprio trabalho, identifica a Câmara de Lisboa e Carlos Moedas no contexto PSD, aliás, no perfil dele também diz isso. Miguel Pinto Luz, Ministro das Infraestruturas de Habitação do Governo Constitucional da República, Comissão Nacional do PSD, pai, marido e cidadão. Este até faz questão até partilha fotografias com os filhos e bem e estamos todos aqui a falar no mesmo, mas lá está o Nelson Oliveira /Vereador é que cometeu aqui um crime de lesa-pátria que quando sairmos desta Assembleia, vai toda a gente estar ali com tochas atrás de mim, como se tivesse feito aqui

qualquer coisa de grave. E depois um senhor chamado no Instagram, Luís Montenegro PM que por acaso até tenho aqui uma fotografia com este senhor que está aqui ao lado, Pedro Machado que também faz uma partilha. Ele próprio identifica o governo.pt., aqui com o Presidente Pedro Machado. Depois, é o contrário, o governo.pt também identifica Luís Montenegro, PM. E depois a descrição podia ser não, mas isto é só uma página do Primeiro-Ministro, não na descrição Luís Montenegro PM, Presidente do Partido Social Democrata. E, só para terminar um POST que houve com muita celeuma, foi uma coisa que fui buscar ao Diário da República. Situações que estão acessíveis a qualquer cidadão seja aqui, seja ali. Eu partilhei na página dos concursos públicos. Diário da República, não foi uma fonte qualquer estava no Diário da República.»-----

----- **CONTINUAÇÃO da resposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO:** «Acho que estamos esclarecidos, se calhar já escalpelizamos demasiado uma coisa que, enfim, facilmente se percebe que é ridícula. -----

----- Relativamente à intervenção da Dra. Eduarda, isso sim, é política. O que é que se passa, afinal, com a habitação? Eu acho que já referi isto na última Assembleia. O que se passa é que o IHRU, enfim, não está a dar a resposta que nós esperaríamos e, portanto, estão a deslizar investimentos. O empreendimento de arrendamento acessível Hans Hisler está parado. O investimento que queríamos fazer também no Torno está parado. E essa é a realidade, portanto, não há respostas do IHRU. Eu acho que já o disse, não sei se foi na Reunião de Câmara ou se foi aqui. Num almoço que tive em Baião com o senhor Ministro, referi-lhe esta preocupação. Enfim, na altura deu uma explicação que tinha havido orientações junto do IHRU para que se desse prioridade àquilo que era o financiamento não reembolsável do PRR e que os financiamentos reembolsáveis ficariam para segundas núpcias. Ou seja, esses projetos não estão postos de lado, mas a prioridade é o País não perder recursos. Eu até percebo isso. Agora, tenho receio que efetivamente isto vá ficando no esquecimento e, portanto, estamos a insistir para que isto venha outra vez para a agenda do dia, porque é fundamental. Há compromissos assumidos entre o Estado, o Governo e o Município. Entretanto, fizemos a escritura do terreno, já foram feitos projetos e agora é necessário abrir concursos e avançar com as obras.»-----

--- ----- **Senhor Presidente de Câmara, PEDRO MACHADO, concedeu a palavra à senhor Vereador Dr. NELSON OLIVEIRA, Partido Socialista.** -----

---- **Intervenção do senhor Vereador, Dr. NELSON OLIVEIRA, Partido Socialista:** «Só a título informativo. Nós tivemos aqui em Lousada o Vice-Presidente do IHRU, que esteve reunido connosco, e nós questionamos tudo o que o senhor Presidente está a dizer, nomeadamente a questão da habitação acessível, os pagamentos das habitações que estamos a fazer, quer em Sousela, quer em Nevogilde. Em Meinedo é um projeto; Boim e Vilar do Torno também estão atrasados esses reembolsos, apesar de não ser uma

situação muito problemática. Depois temos mais candidaturas, aí sim, em Meinedo, Nevogilde e Lagoas. Tudo isto em terrenos municipais que metemos dentro do prazo e não temos tido resposta. É essencial porque estamos numa crise de habitação terrível. Para além do edifício Hans Isler, que é outro que não se percebe. Como o Presidente disse, existe terreno, projeto. O projeto foi apresentado nesta sala e está aprovado. São 42 apartamentos para habitação acessível que já deviam ter lançado o concurso público. Não sei, não faço ideia do que faltará mais para o IRHU tomar uma iniciativa de lançar o concurso. Depois, a Junta de Freguesia do Torno colocou à disposição um terreno que é da Junta de Freguesia e, em parceria com o IRHU, passou o terreno para o nome do IRHU para que o IRHU, com as verbas que têm, liderasse uma obra e fizesse habitação. Não está a fazer, não está a acontecer. E outra situação que também é grave, porque já não estamos a falar de construção nova, é o que se passa no Bairro Dr. Abílio Moreira. O Bairro Dr. Abílio Moreira foi intervencionado por fora. Está, como todos podem ver, muito bem as obras. Agradecemos ao IHRU, temos de ser gratos por tudo isso. O que é certo é que já fizemos uma série de diligências para que, de uma vez por todas, clarifiquem a situação das casas abandonadas que lá têm. São cerca de 20 casas que lá estão, 20 oportunidades para novas famílias. Já foram muitas e muitas vezes, e eu também, aqui com o apoio da ação social, andei porta a porta a ver com os meus olhos se a pessoa A morava naquela casa, falar com os vizinhos. Não, não está ninguém, está vazio, está abandonado, está emigrado, o que quer que seja. Sinalizamos essas situações para o IHRU. Não é há meses, é há muito, muito tempo. Há quase um ano foi com o anterior Governo, foi com este. Tem tudo responsabilidade, não vale a pena. O anterior governo fez bem a questão das obras. Estes continuaram, a obra estava feita, estava pronta e terminaram. Agora é urgentíssimo entregar casas que estão vazias e, de uma vez por todas, fazer isso. Foi isso que tentamos. Percebo que o IRHU também é uma estrutura demasiado pesada, pouco ágil, mas são casas que existem, que estão vazias e que têm de ser entregues.» -----

----- **PERIODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- Finalizadas as intervenções, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início ao **PERIODO DA ORDEM DO DIA**, dando a palavra aos Membros da Assembleia Municipal PRESENTES, com os seguintes pontos a deliberar:-----

1. -----Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município. -----

----- **Intervenção do Membro Municipal, ANA LEAL MOREIRA, Coligação Acreditar Lousada:** «Muito boa noite a todos. Começo por cumprimentar a Mesa da Assembleia Municipal, senhor Presidente de Câmara, Vereadora,

Vereadores, Deputadas e Deputados Municipais, Presidentes de Junta, Público, Comunicação Social, Lousadenses. -----
Hoje venho falar-vos de duas coisas: o Plano Municipal de Juventude e a Casa da Juventude. Quanto ao Plano Municipal da Juventude, quero dar nota do seguinte: foi celebrado, a 21/05/2024, um contrato entre o Município de Lousada e o senhor Abraão Costa, pelo valor de 10.500€ mais IVA para a elaboração do Plano Municipal de Juventude. Até aqui, tudo certo. A questão surge quando, no último Conselho Municipal de Juventude e na inauguração da Casa da Juventude, o senhor Abraão Costa refere várias vezes e informa as pessoas que já foram ouvidas todas as Associações Juvenis e todas as Juventudes Partidárias, e isto é mentira. Eu sou Presidente da JSD de Lousada e, até hoje, ninguém veio falar comigo. É certo que, no passado, a JSD foi convidada para participar numa reunião no âmbito da apresentação do projeto Vila Escola de Poderes. Contudo, nesse dia, porque tínhamos outra atividade, não nos foi possível estar presente. Mas, ainda assim, eu apresentei-me, no último Conselho Municipal de Juventude, ao senhor Abraão Costa, uma vez que ele poderia não conhecer-me e, até hoje, desde esse dia, aliás, desde o ano passado, que não estabeleci contacto com ele e, estou a aguardar para que possamos ser ouvidos e que possamos contribuir para elaboração deste Plano Municipal de Juventude. Pois, como já frisei várias vezes neste púlpito, nós não queremos apenas que aquilo seja um livro com meras medidas. Queremos propostas reais que solucionem os problemas dos jovens Lousadenses a longo prazo. E, com isto, acrescento que a Escola de Poderes é uma boa ferramenta para os jovens Lousadenses, para poderem desenvolver as suas capacidades, habilidades, o seu amor próprio, amor para com os outros e até apelo ao Município que consiga que esta Escola de Poderes chegue, o mais rápido possível, a todos os Agrupamentos de Escolas, porque é uma boa ferramenta. E o que está certo, nós temos que parabenizar. Agora, não podemos esquecer que, a par desta Escola de Poderes, existem outras medidas que têm de fazer parte deste Plano Municipal de Juventude. Medidas como o emprego, a mobilidade, a habitação. Permitam-me fazer aqui um parêntese para falar da habitação relativamente a dois pontos. Primeiro, ainda agora, o senhor Vereador Nelson Oliveira falou relativamente ao IHRU e, neste caso, até pergunto se hoje não seria pertinente a bancada socialista ter apresentado aqui uma moção, uma moção para fazer pressão ao IHRU, para que eles se apressem e acelerem a fazerem todo este processo. Pois estamos a falar de habitações jovens, acessíveis, e há muitos jovens à espera de uma casa para viver. Depois fazer aqui um segundo, acrescento que o município poderia ter sido também mais ambicioso. Mais ambicioso, porque no que diz respeito as obras para reabilitação, na altura, propôs 17 e propôs também 12 para habitação nova, mas fora do prazo, depois, o Executivo Municipal ainda propôs 13 para reabilitação e 9 para construção. O que quero dizer aqui, vocês mediante o quadro que é disponibilizado para todos, podem comparar que, à exceção de Cinfães, é seguido Lousada, todos os outros municípios foram muito mais ambiciosos, conseguiram colocar muito mais casas para

construção e muito mais casas para reabilitação. Fechando o parêntese e continuando a falar do Plano Municipal de Juventude, falava-vos então das medidas que têm de ser incluídas a par da habitação temos de falar do emprego, da mobilidade e entre outras. Estas serão importantes para que os jovens Lousadenses saibam o que podem esperar do dia para a noite no seu concelho e perceberem o auxílio que este executivo municipal nos pode dar para a sua vida. Por isso, venho aqui, a este púlpito, fazer um pedido de auxílio ao executivo municipal para que possa fazer essa ponte entre a JSD Lousada e o senhor Abraão Costa, para que nós efetivamente possamos ser ouvidos, para que as nossas contribuições sejam também colocadas, se assim entenderem, claro, no Plano Municipal de Juventude. Nós nem queremos pensar que possa ter sido este afastamento causado por cores políticas. Não queremos mesmo pensar isso. E, portanto, achamos mesmo que esta espera, já vai para aí um ano, que se deve mesmo a outras razões. Senti-me na obrigação de vir a este púlpito pedir para que haja essa ponte, que seja feita essa ponte, e peço mesmo ao senhor Vereador Nelson Oliveira, ou então ao senhor Presidente Pedro Machado, que faça essa ponte. Relativamente à Casa da Juventude, o segundo ponto que vos trouxe cá hoje. Quero parabenizar o Município por duas coisas. Primeiro, porque a par do Plano Municipal de Juventude, concluiu mais uma medida que vem a ser reivindicada há mais de 30 anos pelo PSD e pelas coligações que também têm feito nos seus programas eleitorais autárquicos. Segundo, quero parabenizar porque reconheço que o auditório ficou bem conseguido. Aliás, aproveito para informar que vou requisitar o auditório da Casa da Juventude para fazer uma atividade da minha estrutura. Em dizer também que as salas de música foram bem conseguidas, pelo aquilo que dizem, porque eu, de música, não percebo. Costumo dar música aos outros, mas isso são outras coisas. Por fim, quero apenas deixar uma breve nota. Peço desculpa porque não fui tão competente quanto os meus colegas, e ter impresso aqui a fotografia, mas eu até nem costumo ser tão mesquinha assim, mas queria fazer um reparo. Dr. Nelson, vou ter que ir às suas redes sociais. Então, em julho de 2024, o senhor vereador Nelson Oliveira publicou no facebook que estavam a iniciar as visitas às escolas no âmbito do Plano Municipal de Juventude. E, numa das fotografias, aparece o Luís Cunha, para quem não sabe, é o líder da JS Lousada. Eu, com toda a inocência e sem qualquer ironia, possam ou não acreditar, espero que o Luís não esteja na foto na qualidade de Presidente da JS Lousada, mas sim noutra qualidade qualquer que eu até desconheço, não sei. Por caso contrário, eu também gostaria de ter sido convidada. Aliás, quem é que não gosta de aparecer nas fotos, principalmente que sejam do município. E até dizem que o meu lado mais fotogénico é o lado esquerdo. Portanto, eu gostaria também de ser sido convidada. Eu vou desculpar o Município se isto foi propositado, eu desculpo o Município. Mas, para a próxima, tenham só um bocadinho mais de atenção. Obrigada.» -----

----- Intervenção do Membro Municipal, PEDRO AMARAL, Coligação Acreditar Lousada: «Eu não venho cá dar música. Gostei, gostei do exercício

da tentativa de virar o bico ao prego, mas eu desafio o senhor Vereador a identificar uma única partilha de Nuno Melo do CDS, que tenha sido depois repartilhada por pelo Ministério da Defesa. Desafio mesmo e não venha nem o senhor Vereador nem senhora Deputada querer atirar areia para os olhos dos lousadenses e dizer que o senhor Vereador tem toda a legitimidade ou o senhor Vereador só porque é Vereador ou o senhor Vereador dizer que isto não teve custo nenhum para o Município. Eu queria saber se foi o senhor Vereador que fez estes 9 grafismos que aqui estão timbrados com o município. Independentemente disso, e se foi também o senhor Vereador que timbrou as fotografias dos eventos. Não, foi senhor Vereador e também o desafio a ir ver. Se isto foi uma partilha sua de uma partilha do município ou se foi o Município que partilhou aquilo que o senhor Vereador publicou e, portanto, o que está aqui em causa, o que está aqui em causa, o que está aqui em causa. Não se exaltem. Normalmente os exaltados somos nós e hoje estamos tão calminhos, e estão os senhores exaltados. Não estou a perceber esta troca. Eu até elogio o senhor Presidente, não estou a perceber esta troca, esta troca de papéis. Bom, mas e, portanto, fico à espera, então da confirmação pelo Senhor vereador de que isto de facto foram publicações feitas por ele. Fico à espera de confirmação de que, de facto, esta publicação foi timbrada também por ele, ou que foi uma partilha posterior. E, fica aqui esta nota de que o senhor vereador pode, de facto, partilhar o que intender do município, desde que as informações que sejam institucionais e já agora, questiono também o Senhor Presidente de Câmara se disse ou não naquela reunião de Câmara que vamos procurar que as informações sejam dadas na página oficial do município, porque senão para isso não precisávamos de ter página oficial nenhuma. Publicava-se tudo nas páginas dos Vereadores e o Município não era tido nem achado. E, depois também não me parece, esta não vou confirmar porque relativamente ao Dr. Nuno Melo, ainda posso ter algum conhecimento de causa relativamente ao Dr. Luís Montenegro, não faço ideia. Agora, não vejo aqui na sua identificação senhor Vereador, Nelson Oliveira @ Vereador Lousada. Ao contrário do Senhor Primeiro-Ministro, que tem lá a indicação. Agora, sim, mas também se quiserem, também posso pedir para fazer requerimento à Mesa para distribuir as publicações do PS que estão na página do senhor Vereador particular, naturalmente, então porque é que tem de fazer publicações do Município antes do Município. Disse.)» -----

----- **Intervenção do Membro Municipal, EDUARDA FERREIRA, Partido Socialista:** «Senhores Deputados, realmente o termo certo é mesquinhez e é dar música aos Lousadenses. A senhora Deputada escolheu bem as palavras, porque se há coisa que nós não fazemos aqui na bancada do PS é dar música aos Lousadense e vocês vêm dar música, tem toda a razão. Realmente, agora foi honesta, gostei. Outra questão, também era importante dizer aqui que esteve presente na inauguração da Casa da Juventude. Também era importante dizer o que de bom lá passou, o que

de bom lá se retirou, que foi um projeto desenhado por banda do orçamento participativo jovem, foi cumprido, não pelos mínimos, mas como um projeto mais cuidado, mais complexo, que dá valências para os nossos jovens. Podia ter vindo aqui dizer que os jovens que lá ouvimos que até chegamos a ficar emocionados com o que eles disseram porque era notório que este conjunto de participações com Dr. Abraão, estavam a ser frutíferos, são jovens que estão numa idade complicada, são jovens que sentem muitas vezes a solidão e foram lá, estavam a partilhar experiências. Estavam a dizer que aquilo que viviam com o Dr. Abraão não viviam com mais ninguém, que ali podiam sentir-se acompanhados, podiam sentir-se ouvidos e, portanto, também podia ter partilhado isso. E, já agora, esta questão podiam ter vindo apresentar uma moção para fazer acelerar o IRHU, podia, mas primeiro venho perguntar qual é o estado e depois decido o que é que faço e depois, por outro lado, também pergunto. A vossa bancada também não pode utilizar os contactos privilegiados que têm para ver se avança é que o IRUH agora está sob a direção, não sob a direção do governo anterior funcionava, minimamente, mas funcionava. Ou acha que os projetos iniciaram porquê? Então usem dos vossos contactos privilegiados também e façam uma forcinha para o Município, porque afinal de contas estamos aqui todos para o mesmo fim, que é levar isto avante e criámos um Município para todos com a máxima valência possível. Não é cores partidárias que nos movem, acho eu!... Diz assim a senhora deputada Ana Cristina, visita das escolas, também gostava de ser convidada. Quanto a isto não queria trazer isto aqui, mas também sou forçada a isso, vocês também são convidados e são eleitos para Comissões e para a Comunidade intermunicipal e não põem lá os pés.» -----

----- **Intervenção do Membro Municipal, AGOSTINHO GASPAS, Coligação Acreditar Lousada:** «Querida cumprimentar a senhora Presidente, na qualidade de e a respetiva Mesa, o senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, os senhores e senhoras Deputadas. Querida lhe dizer o seguinte: gostei de saber que estava a ser honesta, e acho que era importante. Mas também queria dizer uma coisa: a partir de hoje vou estar atento às páginas e às redes sociais do Deputado Nelson Oliveira, porque, de facto, eu descobri aqui fotografias tão giras e coisas tão interessantes que achei que sabia e que, afinal, são publicadas. Compreendo quem as critica e compreendo quem as publica, portanto, aos dois dou razão perfeitamente. Agora acho que os dois são livres, um de criticar e outro de publicar, sinceramente. Mas há aqui uma questão que gostava de levantar uma vez mais, foi por isso que eu aqui vim. É que a senhora Deputada, uma vez mais, fez uma pergunta a pedido. Fez, pronto, confessou. Que é aquela pergunta que o senhor Presidente precisava de explicar e bem. Que está com problemas em relação ao IHRU e bem. E que a questão da habitação

não sai do papel e bem, e que está preocupado com isto, não é? Está preocupado como todos nós devíamos estar preocupados. Portanto, a pergunta foi colocada a pedido, volto a dizer, não tenha dúvidas, pode chamar outra coisa qualquer, mas foi a pedido, ao contrário de outras, à semelhança de outras, peço desculpa. Mas queria dizer o seguinte, porque registei, acho que era importante. Eu acho que a Assembleia Municipal podia e devia tomar uma posição em relação a esta preocupação, porque tem de ser a preocupação de todos. E, se alguém anda a brincar, seja que partido for que está no governo, tem de saber que aqui em Lousada e em outros concelhos existe sempre preocupação com estas matérias, porque ouço todos os dias na televisão que o problema da habitação... Aliás, o PRR é tudo para construção ou quase, ou quase, não é? Aliás, nunca percebi muito bem este PRR que era para aquecer a economia e a subida de juros para arrefecer a economia. Eu nunca percebi esta dicotomia ao mesmo tempo, mas pronto, mas isso são outros quinhentos... Agora, este é um assunto que todos nós ansiamos, que está nos nossos programas eleitorais, esta preocupação nos nossos e nos vossos, mas que surgiu aqui oportunidade e agora está um projeto aprovado, não se lança concurso, porquê? Não há respostas, porquê? Eu não estou a falar naqueles que, por segundo, diz a Dra. Ana, que foram apresentados fora do prazo. Não é desses que eu estou a falar. Estou a falar nos que entraram dentro do prazo, tudo está à espera apenas do Governo, seja quem for o Governo, é nosso dever de todos apresentar aqui uma moção que, se o senhor Presidente da Câmara achar que é confortável e que ajuda nesse combate, vamos a isto. Disse.» -----

----- **Intervenção do Membro Municipal, PEDRO AMARAL, Coligação Acreditar Lousada:** «E, para compor o ramalhete, para também não dizerem que só elogio o senhor Presidente nesta Assembleia. Dizer-lhe, senhor Presidente, que na última Assembleia insinuou, precisamente neste ponto, se eu não o queria ajudá-lo a escrever as suas informações escritas. Pois bem, eu aceitei o desafio e desta vez venho cá dar-lhe duas sugestões: quatro páginas e meia e esqueceu-se das Noites Acústicas e de nos explicar porque é que não conseguem resolver o problema sistémico de bilheteira. E faltou-lhe também informar de uma pintura de uma cave do Município e de dizer também que custou 24.000€. Disse.» -----

----- **Intervenção do Membro Municipal, ANA LEAL MOREIRA, Coligação Acreditar Lousada:** «Só venho mesmo dar uma nota à colega Eduarda dizer que, efetivamente, quem está mesmo preocupado com a questão da habitação, podemos dizer que somos nós, porque fui eu, na minha pessoa, aqui a apresentar a primeira moção relativamente à habitação própria

permanente jovem no Concelho de Lousada. E ela, não sei se vocês se lembram, foi aprovada com 12 votos a favor da coligação Acreditar Lousada e 22 votos por abstenção do PS. Portanto, se há quem esteja interessado na questão da habitação, é efetivamente a coligação Acreditar Lousada e, portanto, se quiser um exemplo de uma moção, pode ter a minha que eu fiz ou, se quiser, eu posso ajudar. Obrigada." -----

----- **Intervenção do Membro Municipal, EDUARDA FERREIRA, Partido socialista:** «Presunção e água benta, cada um toma a que quer. Já ando na política há tantos anos, senhora deputada, não estou aqui para medir certos órgãos do corpo. Ó senhor deputado, eu até abstenho de comentar, porque a preocupação é comum, efetivamente, a preocupação é comum e agradeço a honestidade também do Deputado Agostinho Gaspar. Porque, acho que realmente, apesar de vir aqui dizer que as minhas perguntas são a pedido, porque pronto, enfim, não me conhece realmente, é normal. Eu, pelo menos, venho fazer uma pergunta sobre habitação, não venho escrutinar o Facebook ou o Instagram do senhor Vereador, porque realmente ando alheio a essas questões. E digo-lhe porque fiz a pergunta: há cerca de 2 ou 3 semanas, escrevi um artigo sobre a questão da reprogramação do PRR. Senhor Presidente, até em bom rigor, não me respondeu concretamente à questão. A questão tinha a ver com a reprogramação, OK? Isso é que me estava a deixar preocupada, porque dizem que das 6.800 casas do parque habitacional, só 3.300 é que se manterão com financiamento do PRR. E eu, OK, 3.300, mas dessas 3.300, creio eu, não há resposta. Se não há resposta, como é que vamos cumprir o prazo de execução? Não é? É mais isso, não é mais nada.» -----

----- **Resposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO:** «Relativamente à intervenção da deputada Ana Leal Moreira sobre o facto de ter sido ouvida, ou não ter sido ouvida, a própria deu a resposta que, afinal, não pôde estar presente no dia em que era suposto ser ouvida. Agora, certamente que haverá outras oportunidades, mas aqui o senhor vereador estará mais habilitado a responder porque é o pelouro dele. Relativamente àquilo que disse sobre a habitação que podíamos ter sido mais ambiciosos, podíamos, se o sistema nos permitisse ter essa ambição. Por exemplo, esse projeto Hans Isler, se tivesse sido possível sermos nós a gerir essa dotação e abrir os concursos, a obra estaria seguramente em execução. Há muitos outros municípios que têm muitas expectativas e que infelizmente também vão ver essas expectativas goradas. Esse é que é o grande problema e isso entronca naquilo que a Dra. Eduarda disse que efetivamente essa reprogramação é feita porque já há essa certeza que não se vai conseguir executar aquilo que era a previsão inicial. Esse é que

é o drama e, portanto, para que o País não perca estes recursos, há uma tentativa de reafecção a outras áreas onde essa execução possa ser mais facilitada. Eu estou a lembrar-me aqui de outra grande preocupação que tenho neste momento. Nós temos uma candidatura aprovada para a Loja do Cidadão, já o referi aqui, creio, que em setembro ou outubro do ano passado fui a Lisboa assinar o contrato de financiamento e que levei logo um murro no estômago no próprio dia, porque foi-me dito que o layout da Loja Cidadão ainda tinha de ser revisto pelas entidades, ou seja, pela Segurança Social, pela Autoridade Tributária e pelo IRN. Mas se então a candidatura já previa um layout, porque é que foi necessário visitar outra vez o layout, quando havia um prazo tão curto para executar a obra financiada pelo PRR? Todas as entidades que assinaram contratos de financiamento do género manifestaram a sua preocupação. O certo é que só há cerca de duas ou três semanas é que o layout foi aprovado. Agora, é necessário o projeto de execução e foi-nos dito que essas entidades também querem pronunciar-se sobre o projeto de execução, quer dizer, só podem estar a brincar ou então querem que não se execute. Portanto, o projeto de execução está a ficar pronto e vou ligar com a Presidente do Conselho Diretivo da AMA e eventualmente até com a Sra. Ministra, porque alguém tem de pôr ordem nisto, não pode ser! Então, mas vão fazer o quê com o projeto de execução? Vão dizer se querem esta ou aquela cadeira? Se querem uma cadeira diferente que digam qual é a tipologia de equipamento que querem e depois nós metemos isso no concurso. Acho que este é um reflexo de um problema muito complicado, endémico na estrutura do Estado, nos poderes intermédios, e de Governo em Governo ninguém consegue pôr mão nisto. E, depois pode haver muita ambição até pode haver muitos recursos como existem felizmente atualmente, mas depois é um problema tremendo executar. Outro problema tremendo com os quais os Municípios estão agora confrontados é a execução do 2030. Está prestes aí a surgir uma grande revolução, porquê? Porque as metas que nos estão a ser impostas de termos uma execução 30% em setembro deste ano são impossíveis de atingir. O nosso Município foi daqueles que mais candidaturas submeteu. Mas a maior parte dos Municípios têm a execução muito atrasada. O problema é que estão a impor aos Municípios metas que foram gizadas no início do processo, só que o processo atrasou mais de 2 anos. E, portanto, se essas metas foram delineadas numa perspectiva de o programa começar a determinada altura, e se o programa se atrasou e os avisos começaram a ser lançados com mais de 2 anos de atraso, isso não pode ser imputado aos municípios. Como é que agora nos podem querer obrigar a cumprir as mesmas metas? Isto é um problema muito sério. Percebi nas reuniões que tive com o Governo que se Portugal insistir neste assunto junto da União Europeia, se pedir uma prorrogação de prazo, isso poderá ser visto como uma fragilidade na execução, o que pode

ser aproveitado para alocar os fundos noutras áreas. Neste momento, esta meta de 30% em 2025 está em cima da mesa como vinculativa. Entretanto, há um conjunto de propostas que foram apresentadas agora recentemente pelo Presidente do Conselho Regional, que decorreu de uma articulação com todos os presidentes da CIM e da Área Metropolitana para que se fizessem propostas concretas de medidas de aceleração. E essas medidas de aceleração podem passar desde logo por adiantamentos como, aliás, acontece no PRR, a possibilidade de se adiantar aos municípios, por exemplo, 30% de cada projeto que consta do quadro de investimentos prioritários e que a União Europeia aceite esse adiantamento como execução financeira. Caso contrário, também não vai haver tempo para quem não tem ainda concursos lançados de os lançar e de ter execução física e financeira até setembro deste ano. E, por outro lado, é determinante, porque só assim é que a maior parte dos Municípios vai ter condições orçamentais para abrir os concursos, caso contrário nem conseguem fazer sequer os cabimentos. E, portanto, enfim, é com muita pena e com muita tristeza que estamos todos a assistir a esta realidade de ter de facto imensos recursos ao dispor do País e de o seu aproveitamento estar em perigo. -----

---- Depois aquilo que a Sra. Deputada disse relativamente às candidaturas que foram entregues fora do prazo, há aí um equívoco qualquer de certeza, aliás, nem percebi essa questão. Vi que esteve presente, admito que tenha sido sincera quando deu os parabéns ao Município aqui sobre a Casa da Juventude e a forma como ela foi concebida e realizada, nomeadamente o auditório, as salas de música. E, imagino eu que também tenha ficado impressionada com os testemunhos dos jovens que lá ouvimos, o que é um ótimo sinal porque numa altura em quase todos dizem que os jovens estão um pouco alienados da vida em comunidade, que são cada vez mais individualistas, nós ali tivemos testemunhos, na hora e concretos, de que não é assim. Os jovens, de facto, continuam empenhados, se calhar até mais do que gerações anteriores, precisam é de estímulos, precisam é de ser motivados, precisam de ser ouvidos. Como, aliás, a Dra. Eduarda acabou de dizer que se notou claramente a satisfação com que eles falavam por alguém os ouvir e alguém analisar e ponderar aquilo que são os seus contributos e as suas ideias e, portanto, eu acho que aquele espaço tem uma potencialidade muito grande. É um espaço aberto onde todos cabem. Se a JSD não foi ouvida, foi porque não conseguiu estar naquele dia, mas seguramente que não faltarão outras oportunidades. -----

---- E depois o senhor Deputado Dr. Pedro Amaral disse aqui que eu terei dito na reunião de Câmara que iríamos procurar que as publicações fossem feitas na página do Município. Sim, sempre que possível. Agora há muitas situações onde o Município faz representações, quer seja o Presidente, quer

seja os vereadores, que são à noite ou ao fim de semana, e nós podíamos fazer aquilo que o Vereador Dr. Nelson disse, ou equipas de fora ou alguém do Gabinete de Imprensa acompanhar-nos-ia, mas, neste caso já seria necessário pagar horas extraordinárias. E, às vezes são coisas tão simples que não justificam. Eu sei que há colegas meus, não interessa quem, que gostam sempre de andar com a comunicação social atrás, mas nós temos um estilo diferente e, portanto, são coisas tão simples que se nós próprios ou alguém tira uma foto, qual é o problema de nós a publicarmos? E depois eventualmente, o Município aproveitar para partilhar também, desde que sejam coisas da atividade do Município, como é óbvio, portanto, enfim trazer para aqui um assunto desses e dar-lhe a relevância que vocês estavam a dar, acho que já se arrependeram porque se calhar vai suscitar o interesse da comunidade em geral de ir ver o que é que o senhor Vereador Dr. Nelson Oliveira anda a publicar. -----

----- Relativamente à sugestão que o deputado Agostinho Gaspar aqui deixou da moção, parece-me bem, é uma questão de, eventualmente, na próxima Assembleia tomarem essa resolução. -----

----- O Dr Pedro Amaral referiu aqui que também podia ter aproveitado para referir as Noites Acústicas. Claro que sim. Eu já o disse, creio que na última Assembleia, que sou eu o responsável pelo texto que envio a esta Assembleia, mas tenho contributos de todas as áreas. E esta questão da oferta cultural, das Noites Acústicas, não constava dessas propostas e não me lembrei, mas faria sentido constar, não por essa razão que referiu, porque isso aí é bater no ceguinho, não é? Ou seja, isso é literalmente bater no ceguinho e tentar confundir as pessoas com demagogia. O nosso auditório tem a capacidade que tem, ponto final. É conhecida. E, portanto, das duas uma, ou nós abdicamos de ter alguns concertos que, à partida, já sabemos que vão ter mais procura do que outros, ou então não abdicamos deles e subimos os preços para 25€, 30€, 40€, 50€, ou o que for, como acontece noutros concelhos. E eu acho que vocês também não defendem isso. Eu, pelo menos, não abduco disso, ou seja, que a oferta cultural esteja acessível a todos e que a condição social não seja impeditiva. Qual é o problema que temos é que o auditório tem uma lotação limitada, é pequeno para alguns eventos que nós fazemos, mas isso já sabemos. Não é pelo facto de o senhor andar a protestar que ele vai crescer, não é? Agora, outra questão que é muito importante, que fique claro é que há uma total transparência nos bilhetes, porque às vezes fazem-se muitos comentários nas redes sociais a levantar suspeições, mas quem quiser pode ir confirmar à vontade. Os bilhetes são vendidos presencialmente, na bilheteira, e a outra metade na ticket online. E, portanto, é mesmo assim e isso é muito fácil de auditar. Eu percebo a frustração de quem gostava de ir e não consegue comprar bilhetes, mas não há soluções para isso. -----

----- Relativamente à pintura da Cave, não percebi a que é que se referiu. A única cave que me lembro que foi pintada e que pode ter um valor mais expressivo, é uma pintura de arte urbana que fizemos naquele edifício junto ao parque urbano. Só se for isso. Não é uma pintura simples, é arte. Não é pintar uma cave da forma que o senhor falou, pintar uma garagem ou pintar uma cave, não sei quê... É uma pintura de arte urbana como temos outras e aquela, pela dimensão que tem, naturalmente, há-de ter um valor diferente dos outros, como é óbvio. Se não gosta, tem o direito a não gostar. Se fazia mais barato o senhor, não lhe conheço esses dotes.» -----

-----**Senhor Presidente de Câmara, PEDRO MACHADO, concedeu a palavra ao senhor Vereador Dr. Nelson Oliveira, do Partido Socialista.** -----

-----**Intervenção do senhor Vereador, Dr. NELSON OLIVEIRA, Partido Socialista:** «Senhor Dr. Pedro Amaral, é cada tiro, cada melro, e não há outra expressão porque aquela fotografia que mostrou ali, em que eu estava a cumprimentar o vencedor do Mister Sénior, foi publicada pelo Município. Pode ir lá ver no dia 3 de fevereiro. E eu partilhei no dia 4. Qual é a questão? Mas ainda foi lá teimar. Prepare-se antes, veja bem a situação, qual é a questão? E aquela situação que eu fiz é um assunto tão importante para uma Assembleia Municipal, meu Deus! Aquelas imagens foram feitas na plataforma Kanva, uma coisa banal. Toda a gente tem isto, portanto, e foi tirada do Diário da República. Achei interessante uma informação às pessoas estar publicada no Diário da República. Retirei de lá, fiz os elementos, escrevi ali por 10 minutos. Foi isso que foi feito. -----

----- Assuntos sérios, Casa da Juventude, relativamente à questão da Dra. Ana Leal. Na reunião que vocês foram convocados, mas faltaram, não estou a criticar, faltaram, certamente não podiam, foram a outras. O Dr. Abraão convidou os presentes a irem a uma escola para iniciarem um conjunto de reuniões. Eu nem sequer lá estive nessa deslocação. Portanto, foi uma primeira reunião que foi feita, obviamente que vocês não foram contactados uma vez, vão ser outras. A estratégia municipal da Juventude não está de todo fechada. E, portanto, não há dúvidas nenhuma, nem pode ser fechada sem vocês serem ouvidos como qualquer outra associação juvenil devidamente inscrita. Relativamente ao Coworking, já agora e a título informativo, não preciso de nenhuma pergunta encomendada, porque é uma informação que estamos aqui também a prestar e a título meramente informativo, está a correr bem. Obviamente que as pessoas não estão todas a trabalhar ao mesmo tempo. Nem é isso que se pretende num espaço de Coworking, não é uma mobilidade bastante intensa. Ainda hoje lá estive, estavam 4 ou 5 pessoas, mas temos 18 inscritos, 10 com isenção para jovens, desde áreas como arquitetura, engenharia eletrónica, contabilidade, engenharia informática, turismo, jornalismo, recursos humanos, marketing, tradução e um agente comercial

numa determinada área, não sei, porque no preenchimento foi assim que preencheu. Nas salas de reuniões, aquela adstrita a este espaço, foram utilizadas desde o início, que foi início deste ano, 31 vezes por empresas completamente diferentes, e a sala de ensaios já foi utilizada por 14 grupos diferentes, com a curiosidade de termos muitos grupos, obviamente de Lousada, de jovens, mas também da Maia, Amarante, Braga e também um grupo da Galiza. Confesso, não sei o propósito de virem cá, mas já utilizaram. Um grupo da Galiza utilizou a nossa sala de ensaios. Portanto, dizem que aquilo está muito bem conseguido. Nós trabalhamos para isso, mas quem percebe de música está a atrair pessoas de fora e, portanto, é para continuar.» -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara, PEDRO MACHADO, concedeu a palavra à Senhora Vereadora, Maria do Céu Rocha, do Partido Socialista. -**

----- **Intervenção da senhora Vereadora, DRA. MARIA DO CÉU ROCHA, Partido Socialista:** «Peço desculpa, porque, de facto, não se dirigiram a mim e nem me questionaram a mim, mas até me sinto um bocadinho deixada de lado, com um bocado de falta de atenção, porque o que o senhor Vereador estava a dizer é que muitas vezes partilha as fotos do Município. Eu faço isso vezes sem conta e nunca pensei que pudesse chamar a atenção. Pelos vistos, o senhor Deputado só verifica as redes sociais do senhor Vereador, Nelson Oliveira, mas eu sou perita a baixar as fotos timbradas do Município. Eu sinto-me com falta de atenção. Eu sinto-me com falta de atenção porque, de facto, eu baixo as fotos do Município, timbradas, e, de facto, ninguém ficou preocupado com isso, mas podem ir ver que eu faço isso repetidamente para não incomodar os serviços. Baixo as fotos e depois republico-as. E, também, só um exercício, porque às vezes eu vejo comentários de pessoas que eu espero que sejam sérias, porque uma coisa é sentir que já começa a ferver a campanha e tudo servir de argumento, sobretudo quando alguma coisa pode parecer estar a arder. E o que é que eu queria chamar a atenção, o senhor Presidente já disse sobre a oferta cultural. O Pelouro nem é meu, mas nós somos uma equipa. E, quando alguém é alvo de críticas que não têm fundamento, eu sinto pela equipa porque são injustas. Temos um auditório que é conhecido e todos sabem que tem 275 lugares. Todos aqui dentro têm competências básicas de matemática. Metade é disponibilizada online, metade é físico, portanto, 275 a dividir por 2 dá 137 lugares. Se cada pessoa tem direito a 4 lugares, se 34 pessoas estiverem na fila do auditório, ficam preenchidos. Se 34 pessoas em todo o país estiverem online e adquirirem os bilhetes, ficam esgotados. Portanto, nos três primeiros minutos, sejamos honestos e corretos: ou queremos ter oferta cultural ou não queremos. E eu ouvi, e já agora peço desculpa, nem vou identificar quem foi a pessoa. Mas eu estava aqui e ouvi

assim: "São sempre os mesmos." Então devo dizer-lhes, não são sempre os mesmos, porque ainda hoje passei por uma pessoa e disse: "Então, foi ver o concerto?" "Fui para a fila às 8:30 da manhã, mas consegui os meus bilhetes. Sabe uma coisa? Eu nunca tinha ido ao auditório, está tão bonito, nem a minha família." Portanto, isso para lhes dizer que não chega sempre às mesmas famílias, porque houve famílias, uma que lá tinha estado uma vez, pai, mãe, filho, irmão, outros que lá estiveram pela primeira vez, outros pela segunda e acederam aos bilhetes porque queriam muito e fizeram sacrifício, foram para a fila. Eu não estive lá, mas disseram-me que havia pessoas de Lisboa e Coimbra. Sabem porquê? Porque os bilhetes estão online, é para todo o país. Lamentavelmente, não chegou a todos os Lousadenses, mas é isso. Tivemos alguém que se deslocou a Lousada. Tivemos o concerto cá que, na mesma altura, estava a 50€. Não vou dizer onde, mas é uma questão de pesquisarem. E tentar chegar às pessoas a solução e então não fazemos por não ser alvo de crítica. É isso que vocês querem? Não vamos deixar de fazer só para não ser alvo de crítica.»-----

-----**O Senhor Presidente da Câmara, PEDRO MACHADO, concedeu a palavra ao Senhor Vereador, ANTÓNIO AUGUSTO, do Partido Socialista que tem o pelouro da comunicação e pediu que se cingisse apenas à questão da comunicação.**-----

-----**Intervenção do senhor Vereador, Dr. ANTÓNIO AUGUSTO, do Partido Socialista:** «Eu não tenho muitas oportunidades e também não pretendia fazer nenhuma intervenção. Contudo, também agora me sinto um bocado desconfortável ficar calado. E as minhas palavras são fundamentalmente para agradecer ao senhor Deputado Pedro Amaral pela intervenção que fez, porque me permite e ficou claramente aqui provado continuar a pôr na agenda do senhor Presidente a alteração do mapa de pessoal relativamente ao Gabinete de Imprensa. Estou a falar muito a sério, porque efetivamente nós deparamo-nos com muitos problemas para cobrir a enorme atividade do Município e para mantermos o registo do Boletim Municipal, etc. Portanto, é muito difícil, nós quando vamos a alguma atividade, quando somos convidados, vamos sozinhos e vamos com o nosso telemóvel, tiramos fotografias e muitas vezes pedimos para nos tirar fotografias. É muito natural que um de nós tenha a tentação de publicar as fotografias que tirou com o seu telemóvel antes de mandar as fotografias para o Gabinete de Imprensa, porque o Gabinete de Imprensa também tem uma fila enorme de atividades para publicar, porque nós todos trabalhamos e é para isso que nos pagam. É por isso que as pessoas confiaram em nós e, portanto, é natural que nós também tenhamos a tentação completamente legítima e completamente legal de publicar antes do Gabinete de Imprensa nas redes sociais as fotografias que nós

próprios tiramos. Portanto, senhor Presidente, se isto não fosse suficiente para insistir com o senhor Presidente no sentido de alterar o mapa de pessoal, a prova também é que o próprio Vereador, Nelson Oliveira, ele próprio tem a necessidade de desenvolver os grafismos de algumas das suas atividades. Portanto, efetivamente, muito obrigado, senhor Deputado Pedro Amaral. Nós precisamos mesmo de alterar o mapa de pessoal do Gabinete de Imprensa. Muito obrigado.» -----

----- Saiu às 22h43min definitivamente da sala da Sessão da Assembleia Municipal, o Membro Municipal, **João Carlos Sousa Teixeira da Fonseca, Partido Socialista.** -----

----- **Intervenção do membro Municipal, PEDRO AMARAL, Coligação Acreditar Lousada:** «Senhor Vereador, disse que publicou no dia anterior. Eu tenho aqui as duas publicações: a do Município, a dia 4, e a sua, a dia 4. E digo-lhe mais, é muito fácil confirmar quem é que publicou primeiro, porque o nome de quem publicou primeiro surge primeiro. E eu só queria mesmo dizer isto para lhe dizer: eu também tenho aqui, senhor Vereador, também tenho aqui dia 4. Ouça, é só para dizer que não atirem areia para os olhos das pessoas, porque as coisas são o que são. Eu vim chamar a atenção de uma série de problemas que me pareceram fundamentais, sobretudo tendo em conta o período que se aproxima. Portanto, ficou consignado em ata e, portanto, o Município agora deve agir em conformidade, e os atores políticos que têm responsabilidades, nomeadamente no pelouro, na Presidência e da pessoa visada, consoante aquilo que aqui foi dito, disse.» -----

----- Finalizadas as intervenções dos Membros Municipais presentes, a Assembleia Municipal apreciou a informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal e discussão de outros assuntos de interesse do Município, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada), com a presença dos 32 membros. -----

2. ----- **Pedido de suspensão do mandato** -----

----- **Esclarecimento da Presidente da Mesa:** -----
----- João Carlos Pinto Correia, membro efetivo desta Assembleia Municipal e integrante do Grupo Municipal do Partido Socialista, solicitou a suspensão do seu mandato por um período de 8 meses, a partir de 3 de março de 2025 até 3 de novembro de 2025. Esta solicitação é fundamentada na alínea c) do número 3 do artigo 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, devido a compromissos profissionais relacionados com um

projeto de expansão internacional para o Brasil da Legal Block – Pinto Correia, Sociedade de Advogados, SP, RL, que o impedem de participar nas sessões da Assembleia Municipal durante este período. -----

----- Não houve intervenções por parte dos Membros Municipais presentes. Sendo efetuada a votação, obteve-se a seguinte, **DELIBERAÇÃO:**

-----**No uso da competência prevista no artigo 8.º, do Regimento da Assembleia Municipal do Mandato 2021/2025, a Assembleia Municipal de Lousada APROVOU por unanimidade, de 32 votos a suspensão de mandato do Membro Municipal, João Carlos Pinto Correia, do Partido Socialista, -----**

----- Saiu às 23h02min definitivamente da sala da Sessão da Assembleia Municipal, o Presidente da União de Freguesias de Nespereira e Casais, **José Oliveira Nunes, Coligação acreditar Lousada.** -----

3.-----1.ª Alteração Modificativa ao orçamento da Receita, ao Orçamento de despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos. -----

----- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 17 de fevereiro de 2025, deliberou, por maioria, submeter à Assembleia Municipal de Lousada, para aprovação da 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, ao Orçamento de Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos, para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. --

----- **Esclarecimento do senhor Presidente de Câmara Municipal, PEDRO MACHADO:** «Acho que não há grandes considerações a fazer, só dizer que o saldo de gerência é incorporado 55% no PPI e 45% no orçamento. Ou seja, há aqui um reforço no PPI com quatro milhões quatrocentos e vinte e três mil trezentos e oitenta euros e, portanto, é uma grande ajuda para também darmos mais execução aos projetos que constam no PPI.»

----- Não houve intervenções por parte dos Membros Municipais presentes. Sendo efetuada a votação, obteve-se a seguinte, **DELIBERAÇÃO:**

-----**No uso da competência prevista da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a Assembleia Municipal de Lousada APROVOU por maioria, com 22 votos a**

favor (20 do Partido Socialista e 2 da Coligação Acreditar Lousada) e 9 abstenções da Coligação Acreditar Lousada, a 1.ª Alteração Modificativa ao orçamento da Receita, ao Orçamento de despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos. -----

----- Abstiveram-se os seguintes Membros Municipais da Assembleia Municipal, da Coligação Acreditar Lousada: -----

- Luis Daniel F. Peixoto, Presidente da Junta de Freguesia de Caíde;
- Fausto Manuel da Costa Oliveira, Presidente da União das Freguesias Silvares, Pias Nogueira e Alvarenga; -----
- Leonel Vieira da Silva; -----
- Agostinho Gaspar Ribeiro; -----
- Sandra Maria Leonor P. da Silva; -----
- Joaquim José Correia Bessa, -----
- Pedro Miguel Amaral Silva; -----
- Ana Cristina Leal Moreira; -----
- João Paulo Nunes Brito. -----

4. ----- 1ª. Alteração ao Mapa de Pessoal: -----

4.1. Criação de 1 posto de trabalho da carreira e categoria de assistente operacional Ref. 4.26 – Fiel de Armazém.-----

----- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 17 de fevereiro de 2025, deliberou, por maioria, aprovar e sujeitar à Assembleia Municipal de Lousada, para aprovação, a Alteração ao Mapa de Pessoal, relativa à criação de 1 posto de trabalho da carreira e categoria de assistente operacional, Ref. 4.26 – Fiel de Armazém, nos termos do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e da alínea o) do artigo 2.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Não houve intervenções por parte dos Membros Municipais presentes. Sendo efetuada a votação, obteve-se a seguinte, **DELIBERAÇÃO:**

----- No uso da competência prevista no artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e da alínea o) do artigo 2.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Lousada APROVOU por maioria, com 20 votos a favor do Partido Socialista 11 abstenções da Coligação Acreditar Lousada, a Alteração ao Mapa de Pessoal, relativa à criação de 1 posto de trabalho da carreira e categoria de assistente operacional, Ref. 4.26 – Fiel de Armazém. -----

----- Abstiveram-se os seguintes Membros Municipais da Assembleia Municipal, da Coligação Acreditar Lousada: -----

- Luis Daniel F. Peixoto, Presidente da Junta de Freguesia de Caíde;

- Diogo Agostinho Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Sousela; -----
- João Fernando Pinto Magalhães, Presidente da União de Freguesias Figueiras e Covas; -----
- Fausto Manuel da Costa Oliveira, Presidente da União das Freguesias Silvares, Pias Nogueira e Alvarenga; -----
- Leonel Vieira da Silva; -----
- Agostinho Gaspar Ribeiro; -----
- Sandra Maria Leonor P. da Silva; -----
- Joaquim José Correia Bessa, -----
- Pedro Miguel Amaral Silva; -----
- Ana Cristina Leal Moreira; -----
- João Paulo Nunes Brito. -----

4.2.----- Criação de 1 posto de trabalho da carreira e categoria de assistente operacional Ref. 4.38 – Tratador e Apanhador de Animais. -----

----- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 17 de fevereiro de 2025, deliberou, por maioria, aprovar e sujeitar à Assembleia Municipal de Lousada, para aprovação, a Alteração ao Mapa de Pessoal, relativa à criação de 1 posto de trabalho da carreira e categoria de assistente operacional Ref. 4.38 – Tratador e Apanhador de Animais, nos termos do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e da alínea o) do artigo 2.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Não houve intervenções por parte dos Membros Municipais presentes. Sendo efetuada a votação, obteve-se a seguinte, **DELIBERAÇÃO:**

----- No uso da competência prevista no artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e da alínea o) do artigo 2.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Lousada APROVOU por maioria, com 22 votos a favor (20 do Partido Socialista e 2 da Coligação Acreditar Lousada) e 9 abstenções da Coligação Acreditar Lousada, a Alteração ao Mapa de Pessoal, relativa à criação de 1 posto de trabalho da carreira e categoria de assistente operacional Ref. 4.38 – Tratador e Apanhador de Animais. -----

----- Abstiveram-se os seguintes Membros Municipais da Assembleia Municipal, da Coligação Acreditar Lousada: -----

- Luis Daniel F. Peixoto, Presidente da Junta de Freguesia de Caíde;
- Fausto Manuel da Costa Oliveira, Presidente da União das Freguesias Silvares, Pias Nogueira e Alvarenga; -----
- Leonel Vieira da Silva; -----
- Agostinho Gaspar Ribeiro; -----

- Sandra Maria Leonor P. da Silva;
- Joaquim José Correia Bessa,
- Pedro Miguel Amaral Silva;
- Ana Cristina Leal Moreira;
- João Paulo Nunes Brito.

5.----- PAPER SU 2030 Lousada.

----- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 17 de fevereiro de 2025, deliberou, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal de Lousada, para aprovação, o Plano de Ação do PERSU 2030, em conformidade com a alínea h) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2023, de 12 de setembro.

----- Esclarecimento do senhor Presidente de Câmara Municipal, PEDRO

MACHADO: «Dar nota de que estamos perante um desafio muito grande, que é a recolha dos biorresíduos. É obrigatório cumprir determinadas metas. Os resíduos que forem encaminhados para aterro têm um agravamento brutal em termos de taxa TGR. E, portanto, temos de criar, de facto, aqui um movimento coletivo de adesão a este novo sistema. Naturalmente, também não podemos ter sistemas demasiado onerosos. Nas áreas urbanas, temos de ter soluções diferentes, mas nas áreas menos urbanas, o que funciona melhor são os compostores caseiros. Qualquer um de nós que tem uma vivenda, é isso que deve fazer. Naturalmente, nas áreas mais urbanas, vamos ter de ter sistemas de recolha diferentes, mas é um desafio muito grande a todos os níveis em termos financeiros, porque vai onerar o sistema. Em termos de adesão do público ao sistema e da boa utilização, sob pena de começarmos a ter mais problemas de incomodidade ao nível dos odores, etc. Portanto, é um desafio que temos para o futuro. Dar nota também de que, nos próximos dias, não sei se é na próxima semana, creio eu que é, vamos receber um prémio. Fomos notificados pela ESAR, a única autarquia do País que vai ser distinguida com um prémio de qualidade de serviço na área dos resíduos. Gostaríamos de ter uma taxa de cobertura de ecopontos ainda melhor. Estão aqui alguns Presidentes de Junta que provavelmente têm razões de queixa porque há ainda necessidade de reforço, só que o nosso crescimento ao nível da recolha seletiva não foi acompanhado pelos investimentos necessários em alta e, portanto, neste momento, Ambisousa está a fazer esses investimentos, nomeadamente na aquisição de mais camiões, porque é necessário incrementar a recolha e os ecopontos. Portanto, neste momento, há muitas Juntas de Freguesia que estão a pedir mais ecopontos e que, neste momento, não há capacidade de recolha. Contamos que isso se resolva a curto prazo. Tivemos uma taxa de crescimento brutal em termos de aumento da recolha seletiva. Somos, no sistema da Ambisousa, o Município com a maior taxa de recolha seletiva. É muito possível que no próximo ano venhamos a ter também um prémio

na área do abastecimento de água. E porquê? Porque conseguimos fechar o ano de 2024 com perdas ao nível dos melhores a nível nacional e ainda podemos aprimorar mais. E vamos aprimorar mais com medidas como aquela que há bocadinho referi dos contadores. Nós temos, já há muito tempo, a rede devidamente setorizada, com telemetria, com informação que chega periodicamente à Câmara e, portanto, rapidamente conseguimos perceber em que áreas do concelho estamos com problemas. Estamos a direcionar os investimentos de renovação de rede para esses locais. Aliás, estamos agora já com um investimento previsto no PPI para renovação de redes e já o disse aqui também e digo publicamente, e convém dizê-lo, que temos, neste momento, capacidade para descobrir, nomeadamente, consumos ilícitos. Já descobrimos algumas situações porque depois vamos apertando a malha até que vamos à rua. Sabemos que o problema é naquela rua e depois vamos casa a casa. E descobrimos algumas situações de ramais, segundos ramais clandestinos, feitos à revelia do Município. E, portanto, estamos a participar criminalmente esses factos e é bom que as pessoas percebam que não podemos ter uns a pagar para os outros. Portanto, temos informação e tecnologia, neste momento, suficiente para descobrir ligações clandestinas e temos colaboradores qualificados para esse efeito, para descobrir essas situações. E, portanto, com esse desempenho ao nível da eficiência e da poupança da água, é muito possível que no próximo ano venhamos também a ser premiados por esse desempenho no abastecimento de água.» -----

----- Não houve intervenções por parte dos Membros Municipais presentes. Sendo efetuada a votação, obteve-se a seguinte, **DELIBERAÇÃO:**

----- **No uso da competência prevista na alínea h) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2023, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Lousada aprovou por unanimidade de 31 votos, o Plano de Ação do PERSU 2030.** ----

6. -----Atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Nevogilde no valor de 10.308,04€ para a obra na Travessa do Alambique de Campelos.--

----- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 17 de fevereiro de 2025, deliberou, por unanimidade, aprovar e sujeitar à **Assembleia Municipal de Lousada, para aprovação, a proposta de atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Nevogilde, no valor de 10.308,04€, para a obra na Travessa do Alambique de Campelos**, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada). ---

----- Não intervenções dos Membros Municipais presentes, procedeu-se à votação, obtendo-se a seguinte **DELIBERAÇÃO**: -----

----- **No uso da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada), a Assembleia Municipal de Lousada aprovou por unanimidade de 31 votos, a atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Nevogilde, no valor de 10.308,04€, para a obra na Travessa do Alambique de Campelos.** -----

7.----- Atribuição de um subsídio à União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga no valor de 2.321,82€ para construção de muro na Rua da Portela, Nogueira. -----

----- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 17 de fevereiro de 2025, deliberou, por unanimidade, concordar e submeter à Assembleia Municipal de Lousada, para aprovação, a proposta de atribuição de um subsídio à União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, no valor de 2.321,82€, para a construção de muro na Rua da Portela, Nogueira, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada).-----

----- Não havendo intervenções por parte dos Membros Municipais presentes, procedeu-se à votação, resultando na seguinte **DELIBERAÇÃO**: -

----- **No uso da competência prevista alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada), a Assembleia Municipal de Lousada aprovou por unanimidade de 31 votos, a atribuição de um subsídio à União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga no valor de 2.321,82€, para construção de muro na Rua da Portela, Nogueira.** -----

8.----- Atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém no valor de 2.417,27€ para a colocação de estrado no edifício da antiga escola de Igreja-----

----- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 17 de fevereiro de 2025, deliberou, por unanimidade, concordar e submeter à Assembleia Municipal de Lousada, para aprovação, a proposta de atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém, no valor de 2.417,27€, para a colocação de estrado no edifício da antiga escola de Igreja, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das

Autarquias Locais (versão atualizada).-----

----- Não havendo intervenções por parte dos Membros Municipais presentes, procedeu-se à votação, resultando na seguinte **DELIBERAÇÃO**: -

----- **No uso da competência prevista alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada), a Assembleia Municipal de Lousada aprovou por unanimidade de 31 votos, a atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém no valor de 2.417,27€, para a colocação de estrado no edifício da antiga escola de Igreja.** -----

9.----- Atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém no valor de 10.000,00€ para reconstrução de passeios na Rua dos Casais. -----

----- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 17 de fevereiro de 2025, deliberou, por unanimidade, concordar e submeter à Assembleia Municipal de Lousada, para aprovação, a proposta de atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém, no valor de 10.000,00€, para reconstrução de passeios na Rua dos Casais, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada).-----

----- Não havendo intervenções por parte dos Membros Municipais presentes, procedeu-se à votação, resultando na seguinte **DELIBERAÇÃO**: -

----- **No uso da competência prevista alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada), a Assembleia Municipal de Lousada aprovou por unanimidade de 31 votos, a atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém no valor de 10.000,00€, para reconstrução de passeios na Rua dos Casais.** -----

10. ---- Atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Macieira no valor de 7.078,68€ para o alargamento da Av. Adriano Rafael e Rua do Burgo. ---

----- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 17 de fevereiro de 2025, deliberou, por unanimidade, concordar e submeter à Assembleia Municipal de Lousada, para aprovação, a proposta de atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Macieira, no valor de

7.708,68€, para o alargamento da Av. Adriano Rafael e Rua do Burgo, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada).-----

----- Não havendo intervenções por parte dos Membros Municipais presentes, procedeu-se à votação, resultando na seguinte **DELIBERAÇÃO**: -

----- **No uso da competência prevista alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada), a Assembleia Municipal de Lousada aprovou por unanimidade de 31 votos, à Junta de Freguesia de Macieira no valor de 7.078,68€ para o alargamento da Av. Adriano Rafael e Rua do Burgo.**-----

11. ---- Adenda ao contrato interadministrativo de delegação de competências celebrado com a União de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem.-----

----- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 29 de novembro de 2024, deliberou, por unanimidade submeter à Assembleia Municipal, para aprovação a adenda ao contrato interadministrativo de delegação de competências celebrado com a União de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem, onde passe a constar no n.º 1 da cláusula 5º, que o valor máximo anual a transferir seja de 3.500,00 (três mil e quinhentos euros), nos termos do disposto da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e nos artigos 120.º e 131º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual).-----

----- Não havendo intervenções por parte dos Membros Municipais presentes, procedeu-se à votação, resultando na seguinte **DELIBERAÇÃO**: -

----- **No uso da competência prevista alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e nos artigos 120.º e 131º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a Assembleia Municipal de Lousada aprovou por unanimidade de 31 votos, a adenda ao contrato interadministrativo de delegação de competências celebrado com a União de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem, onde passe a constar no n.º 1 da cláusula 5º, que o valor máximo anual a transferir seja de 3.500,00 (três mil e quinhentos euros).**-----

12. ---- Atribuição de apoio financeiro aos Movimentos Seniores do concelho (adstritos às Juntas de Freguesia). -----

----- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 17 de fevereiro de 2025, deliberou, por unanimidade submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada), para aprovação de um apoio financeiro a atribuir à Juntas de Freguesia, no valor total de 13.260€ (treze mil, duzentos e sessenta euros), referente ao ano de 2024, para fazer face aos custos inerentes ao funcionamento dos Movimentos Sêniores que lhe estão adstritos, de acordo com a tabela infra: -----

Movimento Sénior	Entidade Parceira	Valor do Subsídio
Aveleda	Junta de Freguesia de Aveleda	1.500€
Boim	União de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem	1.200€
Cristelos	União de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem	1.260€
Lodares	Junta de Freguesia de Lodares	2.160€
Nevogilde	Junta de Freguesia de Nevogilde	2.400€
Nogueira	União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira	1.620€
Ordem	União de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem	900€
S. Miguel	União de Freguesias Cernadelo, Lousada (S. Miguel e Santa Margarida)	1.020€
Silvares	União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira	1.200€

----- Não havendo intervenções por parte dos Membros Municipais presentes, procedeu-se à votação, resultando na seguinte **DELIBERAÇÃO**: -

----- No uso da competência prevista alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (versão atualizada), a Assembleia Municipal de Lousada aprovou por unanimidade de 31 votos, atribuição de apoio financeiro aos Movimentos Seniores do concelho (adstritos às Juntas de Freguesia). -----

13. ---- Relatório de Atividade Processual da CPCJ de Lousada, respeitante ao ano civil de 2024.-----

----- Esclarecimento da Presidente da Mesa: -----

----- No termos do n.º 2 do art.º 32º da Lei 147/99, de 1 de setembro (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, foi remetido o Relatório de Atividade Processual desta CPCJ de Lousada, respeitante ao ano civil de 2024, para ser apreciado por este órgão deliberativo. -----

----- Sem intervenções dos Membros Municipais presentes, a Assembleia Municipal apreciou nos termos do n.º 2 do art.º 32º da Lei 147/99, de 1 de setembro (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, o Relatório de Atividade Processual desta CPCJ de Lousada, respeitante ao ano civil de 2024, pelos 31 membros presentes. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- **A senhora Presidente da Assembleia deu início ao período de intervenção do Público.** -----

----- Foi informado o Munícipe inscrito para intervir na Assembleia Municipal (Período da Intervenção do Público) que a mesma estava a ser transmitida via streaming, áudio e vídeo, sendo-lhe entregue a folha de informação e consentimento de transmissão desta sessão da Assembleia Municipal. -----

----- **A senhora Presidente da Assembleia, LURDES CASTRO, deu a palavra ao Munícipe para fazer a sua intervenção:** -----

----- **Intervenção de Manuel Pinho:** «Muito boa noite, senhor Presidente da Câmara, senhora Presidente da Assembleia, Mesa, senhores Vereadores, Deputados Municipais de ambas as bancadas, Assistentes da Autarquia e Público aqui presente. Vou começar pela página oficial da autarquia que, na minha opinião, é o Facebook, porque tem cerca de 40 mil pessoas que seguem, infelizmente, o nosso Município. Eu gostaria de sugerir a esta Assembleia, se fosse possível, parabenizando o facto de ser transmitido para as redes sociais. Acho que é importante essa participação para as pessoas poderem assistir a esta importante Assembleia, mas também se podia melhorar um determinado aspeto que eu acho importante: colocar a respetiva transmissão, que está no YouTube, na página do Facebook, que

apenas tem mil seguidores. Se é a página oficial, eu acho que não faz sentido estar no YouTube e ter poucas pessoas a ver quando realmente os seguidores, que são muitos, felizmente até são menos que a população de Lousada, mas seriam bem mais a assistir e a conhecer a realidade política do nosso Concelho, sendo este o órgão principal nessa amplitude e tem a importância para todos nós. Segundo a situação, tem a ver com a habitação. Senhor Presidente da Câmara, sabe que aqui nesta Assembleia referi a pouca ambição por parte do autarca e do seu executivo também em reunião de Câmara. Demonstrei claramente que a primeira fase do 1.º DRT foi toda para o caixote do lixo. Não houve reabilitação, praticamente nenhuma, não se aproveitou e também no âmbito do PRR, não vale a pena a Câmara ter dinheiro ou ter capacidade de endividamento. Na verdade, mesmo não tendo prejuízo nessa capacidade de endividamento, que eu saiba, foram poucas as candidaturas no âmbito do PRR a sugerir empréstimos para poder fazer a Câmara habitação acessível e daí até ter receitas para o futuro, não estando tanto dependente de fundos comunitários. Nós estamos a falar de uma estratégia local de habitação de apenas 16 milhões de euros, muito pouca para este município. Portanto, ou este executivo socialista olhou para habitação de forma demasiado redutora, mas partilho a sua preocupação no âmbito IRHU. Na verdade, o IRHU é que vai ganhar com isto, não vai ser a autarquia do concelho de Lousada. Felizmente, os cidadãos Lousadenses poderão aproveitar aquelas habitações, mas também seria ótimo algum arrojo, alguma ambição, e temos realmente nós próprios o Município aproveitar para fazer as suas próprias habitações, tendo rendimentos para o futuro com elas mesmas. E digo mais, queria também perguntar uma opinião sobre uma nova lei, que é a lei dos solos. Como autarca e percebendo também a realidade do concelho de Lousada, de que forma positiva ou negativa considera que esta lei poderá ser importante para ajudar ou atenuar o problema aqui da habitação, conhecendo o concelho. Uma das situações que me preocupa sendo o senhor Presidente da entidade CIM Tâmega e Sousa. Eu, por acaso, houve aqui um evento há poucos dias, tive pena de não poder ir, gostaria de ter ido para conhecer um bocadinho muitos objetivos que foram lá colocados, certamente positivos. Mas há aqui uma situação que me preocupa: ouvi aqui nesta Assembleia que vai ser transporte a pedido. Nós estamos aqui sensivelmente próximo do Porto. Eu assisti aqui em Lousada um autarca, lá está, pouca ambição, falar de transporte a pedido onde tem a maior freguesia do concelho, Lustosa, e praticamente não tem transportes nenhuns, nem precisa de ter paragens de autocarro. Para Lousada não tem, mas para Paços de Ferreira têm, para Vizela têm. Já vamos falar da nova freguesia que vai surgir, felizmente, ainda bem que esta Câmara aprovou Santo Estêvão de Barrosas, não tem transporte nenhum para o concelho ao qual pertence. Portanto, o Senhor Presidente da Câmara desta autarquia, este executivo socialista e todos os socialistas que estiveram cá durante os 30 anos, a única coisa que fizeram na mobilidade foi colocar o concelho de Lousada como concelho do interior, que precisa de transporte a pedido. É isso que nos está a dizer. Eu não

acredito nisso porque aos concelhos vizinhos é de meia em meia hora e de hora a hora e com freguesias com muito menos habitantes. Será que temos que levar mesmo isto do interior, senhor Presidente da Câmara? Sobre a mobilidade, também eu agora ando de moto. Dou aqui um conselho: era possível colocar estacionamento de moto, umas faiazinhas para as motos poderem estacionar, não existem. Portanto, acho que também não era difícil, até para a mobilidade também é excelente. Por último, queria falar sobre a pista da costilha. Na verdade, também já ouvimos um jornal que disse factos, vimos o clube que veio confirmar os factos. Falta saber agora a Câmara, que foi a principal responsável pelo protocolo para um promotor que afinal não existe, deixou de ser promotor. Eu gostaria de saber que protocolo é esse? Como é que ele foi? Isso foi dito em reunião de Câmara, foi a Câmara que ajustou esse protocolo. Eu sei que foi o clube que assinou, mas foi a Câmara que o adiantou. Além das obras, quais são os valores que estão para o tal promotor que não vai fazer a prova? Se o novo promotor, que vai surgir, que ainda não surgiu, será que vai aceitar a prova com as mesmas condições que o promotor, que já não é promotor, não vai fazer? Se porventura, qual é a segurança que tem que a prova vai existir em 2025? Se quem falhou foi o clube Automóvel de Lousada porque tem lá obra ou foi a Câmara que ficou de fazer obra e ela não vai estar pronta a tempo das provas? Quem vai pagar os prejuízos ao clube pelas provas não serem executadas, se elas não forem executadas? Como é que vai ficar Lousada e todo o número que se fez aqui, que era ótimo ter a prova em 2025, quem é que vai pagar aos Lousadenses, aos comerciantes e todo o prejuízo que acontece se não houver a prova? Portanto, oxalá que haja prova, é isso que eu queria ouvir. Queria o esclarecimento da Câmara se realmente está convicto que ela vai existir e se ela vai existir, se vamos ter as provas internacionais, para quanto tempo e quanto é que vai custar e qual é o custo-benefício de tudo aquilo? Obrigado.» -----

-----**Resposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, Pedro Machado:** «Peço desculpa, mas não consigo evitar de começar a minha intervenção por notar que há aqui uma vontade muito grande do senhor Manuel Pinho ter intervenção política, quer seja em Paredes ou em Lousada. Mas não tem sido muito bem-sucedido. Espero que nunca venha a ter cargos de responsabilidade porque, efetivamente, estaríamos muito mal se isso viesse a acontecer. O senhor, no início do meu mandato, por mais do que uma vez, elogiou o meu perfil e depois enveredou por outro caminho. Acho que lhe fica muito mal-estar sempre a falar ou no “poucoquinho” ou na falta de ambição, porque o senhor, quando está a dizer isso, está a criticar a esmagadora maioria dos Lousadenses que confiou em mim e, portanto, acho que lhe fica muito mal, sobretudo numa altura em que eu estou a poucos meses de terminar o meu mandato. Relativamente à questão da habitação, referiu que o 1.º Direito foi todo para o caixote. Aqui, em Lousada e em todo o País, Senhor Manuel Pinho! O 1.º Direito não funcionou em todo o país e foi uma pena. E, foi uma pena porquê? Porque a ideia era ótima que era basicamente o seguinte: porque

é que se há de construir habitações novas, desenraizar as pessoas dos locais onde se encontram? Não será melhor, nos casos de pessoas que vivem em habitações degradadas, financiar as obras de reabilitação? O problema é que nós vivemos num País em que ninguém quer assumir responsabilidades. E, portanto, foram problemas desde a primeira hora, porque desde logo, os problemas que são naturais existir, que é saber se têm legitimidade, se têm documentos comprovativos de legitimidade, se têm escrituras, se têm registos. Poucas situações tinham. Depois, saber se a situação está regular ou se precisa de ser regularizada e, sendo preciso regularizar, logo a primeira dificuldade é os custos para o efeito. Nós, na altura, ainda ponderamos e estávamos dispostos a dar um apoio, mas era necessário que cada um desses potenciais beneficiários tivesse alguma capacidade, desde logo também económica, para contratar projetos. Depois, não havia garantia de que a candidatura viesse a ser aprovada. Se não fosse, era outro problema com o qual as pessoas depois iam ter de lidar, uma vez que iam ter de pagar um projeto e ter uma candidatura que não era aprovada. Depois, o IRUH colocou um sem-número de problemas e a malha foi apertando e nós fomos conseguindo resolver problemas. Até que se chegou à conclusão de que a montanha pariu um rato e não foi só em Lousada, foi em todo o País. E é uma pena porque, efetivamente, com isso, tínhamos resolvido um problema não só habitacional, mas também urbano, porque algumas situações carecem mesmo de solução. Depois, dizer que é pouca ambição, que o Município podia usar a sua capacidade de endividamento, pode fazê-lo a todo o momento. Pode fazê-lo a todo o momento, portanto, se a opção do Município for construir habitação com recursos próprios ou com financiamento bancário, poderá sempre fazê-lo. Agora, neste momento, não haveria as mínimas condições. Eu, se calhar, aqui na Assembleia nunca o disse, mas já o disse na reunião de Câmara. Neste momento, o Município está com um desafio brutal porque há uma concentração de obras como nunca vista. E porquê? Porque terminou o 2020 e logo a seguir veio o PRR e o Norte 2030. E é certinho que vocês, oposição, vão a fazer aquilo que fizeram há 4 anos, há 8 e há 12, que é dizer: nunca se viu tanta obra como no ano de eleições. E, este ano, até vai ser verdade, mas não por nossa estratégia ou por nossa escolha, porque infelizmente há uma concentração no mesmo período de obras de PRR e obras do 2030. Aliás, eu já referi durante a intervenção que todos os Municípios são obrigados a avançar, a executar, sob pena de perderem recursos. Ora, como é que nós conseguimos apresentar tantas candidaturas e aparentemente estarmos numa situação mais confortável que a maioria dos Municípios aqui da região? Porque, efetivamente, temos uma situação económica e financeira mais confortável. Mas, para isso, estamos neste momento completamente impedidos de ir mais além, enquanto as candidaturas não começarem a ser aprovadas e nós não começarmos a libertar verbas para outros projetos. Não temos condições e vamos ter que, naturalmente, recorrer a financiamento bancário. Aliás, já levei à reunião de Câmara, à última, creio eu, uma proposta que depois virá à próxima Assembleia. Portanto, temos depois um desafio brutal, que é fazer face à

contrapartida nacional. Nós fomos muito ambiciosos naquilo que é o 2030, porque temos uma verba disponível e podíamos ter optado por fazer apenas candidaturas a 85% para esgotar aquela verba. Mas não foi isso que fizemos. Fizemos a esmagadora maioria das candidaturas com taxas de comparticipação mais baixas, algumas com 70%, outras com 60%, outras com 50 e pouco por cento. Nos termos do 2030, as candidaturas, para serem elegíveis, têm de ter um financiamento igual ou superior a 50% e depois compete a cada entidade beneficiária ter capacidade ou não para fazer face à contrapartida nacional. Portanto, eu já o disse aqui também que nós, no Norte 2020, arriscamos no sentido de avançar com um conjunto de obras, porque tínhamos a expectativa forte de que, a exemplo daquilo que tinha acontecido nos quadros comunitários anteriores, quem tivesse capacidade de execução acabaria por ser contemplado com reforços de verba na reprogramação, no overbooking. Foi exatamente isso que aconteceu. Nós conseguimos fazer aquelas grandes intervenções nas EB 2/3. Portanto, já não temos essa preocupação que muitos outros Municípios ainda andam a ver como é que vão resolver essas grandes intervenções nas EB 2/3, porque arriscamos. Portanto, no momento, quando arriscamos, se porventura não houvesse um reforço de verbas, nós íamos ter de socorrer da capacidade de endividamento. Felizmente, não foi necessário, porque, entretanto, houve um grande reforço e, portanto, nós fomos dos Municípios, nós e Felgueiras, que mais incrementaram aquilo que era a perspetiva inicial do 2020 em termos de dotação e aquilo que foi o resultado final. Agora estamos a fazer exatamente o mesmo no Norte 2030, ou seja, temos uma forte expectativa destes projetos terem um reforço de dotação. Mas, se não tiverem, o Município tem de ter condições para assegurar a componente nacional. Portanto, a capacidade de endividamento tem de ser gerida com alguma parcimónia e muita responsabilidade. E, a todo o momento, quando nós tivermos estas obras todas em andamento, no próximo ano, já com as candidaturas aprovadas, aliás, as candidaturas têm de ser aprovadas já este ano. Mas, quando tudo isto estiver já em velocidade cruzeiro e se nós não precisarmos de usar muito a nossa capacidade de endividamento, no futuro o Município tem essa possibilidade. Se a estratégia for construir habitação com recursos próprios, poderá fazê-lo e usar a dita capacidade de endividamento. Embora eu ache que, neste tipo de investimentos, são investimentos demasiado pesados para Municípios com a nossa realidade. Espero que, com a nova Lei das Finanças Locais, haja um reforço de verbas substancial para o nosso Município e para muitos outros com a nossa realidade, porque aquilo que sentimos, e tenho dito isto repetidamente, é que o País tem um problema grave na distribuição de recursos. Portanto, há aqui uma expectativa de haver uma maior independência financeira, com mais verbas do Orçamento de Estado. Com essa dita nova Lei das Finanças Locais, mas há também esta capacidade de endividamento que, no futuro, poderá ser usada para, eventualmente, investir na habitação com outros programas de financiamento também, porque, enfim, o Governo com certeza vai continuar a priorizar esses investimentos, sejam os governos que forem.

Mesmo depois de acabar o PRR, a habitação vai continuar a estar na agenda do dia, porque, infelizmente, por aquilo que é uma crise inflacionista, vai ter de haver novas soluções, vai ter de haver recursos do Estado para esse efeito e, obviamente, a nossa capacidade de endividamento dá-nos aqui o conforto de encarar este problema com muita esperança. Embora eu defenda que este problema não se resolve apenas com investimento público. O investimento público é muito importante, é fundamental desde logo para temperar o ímpeto inflacionista e para regular um bocadinho os preços. Mas nós precisamos muito dos privados para resolver este problema e eu acho que uma das soluções passa por criar mais confiança nos privados. Os privados não confiam no Estado porque basta mudar o Governo, seja ele qual for, vêm novas abordagens, novas teorias, e, portanto, os investidores gostam de sentir estabilidade. Na minha perspetiva, enfim, os incentivos que já existem para a construção para arrendamento acessível não estão a surtir efeito por essa dita desconfiança. Ou seja, quem quiser fazer um investimento de habitação para arrendamento acessível poderá fazê-lo e tem para isso benefícios fiscais. Desde logo a questão do IVA a 6%, o que é, de facto, um ganho muito grande. Pode ter também acesso a benefícios fiscais no âmbito da política fiscal de cada um dos Municípios, ou seja, com isenção de taxas, com isenção de IMT, com isenção de IMI durante alguns anos. Há também incentivos fiscais por parte do Estado no que respeita àquilo que é o rendimento das rendas, quer seja de pessoas singulares, quer seja de empresas, com benefícios ao nível do IRS e do IRC. Mas, mesmo assim, não chega. E não chega porquê? Porque, volto a dizer: hoje é assim, mas como será daqui a 10 anos? Portanto, as pessoas não confiam. Eu acho que a solução para isto passa por o Estado contratualizar esses benefícios fiscais num horizonte temporal alargado que permita ao investidor sentir-se confortável e sentir confiança nessa aposta. Portanto, em horizontes temporais na ordem dos 20 ou 25 anos. Eu creio que é esse o caminho, os investidores têm de sentir que o investimento é rentável, com esses benefícios fiscais, e seguro, e acredito que nós poderíamos assim alocar investimento privado para ajudar a resolver este problema. -----

----- Relativamente àquilo que disse sobre a lei dos solos, eu tive a oportunidade de ouvir o Senhor Ministro numa reunião que houve na CCDR antes do Natal com os Presidentes das CIMs e da Área Metropolitana, que, enfim, fez a apologia desta lei. E foi muito bem-intencionado. A ideia é louvável, mas eu disse-lhe: "Senhor Ministro, isto não vai surtir os efeitos que o Senhor acha que vai surtir." Desde logo porque vivemos num ambiente doentio em que todos desconfiam de todos. E, portanto, os autarcas vão ter receio de aprovar este tipo de situações. Para além disso, acho que há aqui alguma incongruência também, porque, por um lado, os Municípios estão a fazer as revisões dos seus PDMs. Estão a limitar as áreas de urbanização programada, a acabar com elas, porque a lei deixou de prever as áreas de expansão, as áreas de urbanização programada e, portanto, nas revisões do PDM só pode ficar classificado no respetivo PDM aquelas áreas que sejam urbanas e que, no fundo, estejam dotadas das

infraestruturas necessárias para se construir ou então que haja projetos aprovados, quer sejam privados, por exemplo, um projeto de loteamento aprovado ou então investimento público também previsto no próprio PPI. Caso contrário, essas áreas não podem ficar classificadas como solo urbano. Mas, por outro lado, estamos agora com esta lei a permitir que essas áreas cresçam. É uma incongruência e, por outro lado, acho que há aqui um pecado capital, porque a ideia, volto a dizer, é boa na perspectiva de que se consegue adquirir os terrenos a um preço mais baixo. Mas não é linear que assim venha a acontecer e que depois isso vá ter reflexos no preço mais baixo também da venda das respetivas habitações. Custa-me dizer isto, mas há uma coisa que é um problema sério que o País tem, que é a economia paralela e os preços simulados. E, portanto, na minha opinião, com muita pena minha, porque não me dá gosto nenhum dizer isto, acho que vai ser muito difícil, para não dizer impossível, evitar que haja preços simulados. Ou seja, na escritura, o preço até é baixinho. Mas depois é aquilo que nós ouvimos por aí, infelizmente. Exatamente, e, portanto, não vai haver aqui forma de garantir que o efeito esperado e que esteve subjacente à lei vai ser conseguido, na minha ótica. E, coisa diferente era aquilo que eu estava a falar do arrendamento acessível, porque aí as pessoas que tenham habitações para arrendar há uma portaria que fixa o preço máximo de renda e depois as pessoas são obrigadas a arrendar a 80% daquele valor. Portanto, aí há um ganho claro das pessoas que vão beneficiar dessas rendas. Portanto, no que respeita à lei dos solos, com toda honestidade, não acredito que isto vá resolver coisa nenhuma e, sobretudo, neste clima de suspeição, acho que poucos vão ser aqueles que vão, enfim, ter coragem, entre aspas, de avançar com essas situações, até porque depois qual é o critério? Vai-se aprovar tudo? Acresce que não é por falta de terrenos de construção que não há habitação em abundância.

----- Relativamente aos transportes, o transporte a pedido não é solução para o nosso problema dos transportes. O transporte a pedido é uma solução pontual para aquelas situações em que a rede de transportes públicos não dá resposta. Agora, queria dar nota que está previsto o novo contrato arrancar a 1 de julho, com um incremento da cobertura. Portanto, nós vamos privilegiar essas ligações das freguesias aqui ao concelho. Mas, mesmo assim, mesmo com esse incremento, naturalmente não temos condições para garantir aquilo que referiu de termos em todas as freguesias ligações de hora a hora para o Município, porque isso, do ponto de vista económico, seria desastroso, pois não temos procura para isso. É verdade que a procura também vai melhorando à medida que a oferta cresce. Isso é óbvio, mas tem de ser doseado. O que lhe posso dizer é que, com o novo contrato, nós vamos ter um reforço e, portanto, algumas situações que estão a descoberto terão soluções. E depois, naqueles intervalos de tempo em que não existe essa cobertura, aí sim pode funcionar o transporte a pedido, sobretudo para as ligações das freguesias para a Vila ou então para os respetivos Centros de Saúde. Portanto, por si só não resolve o problema, mas vai ajudar a resolver o problema. Tão ou mais importante que o transporte a pedido é o reforço que vai existir nas ligações das

freguesias aqui ao centro. -----

----- Relativamente à pista, não concordo minimamente com aquilo que o senhor disse e, sobretudo, com a forma como o disse. Eu acho que se há assunto onde nós devíamos estar unidos, era neste. Com muita mágoa minha, desde o início deste processo, nunca senti da oposição um apoio generalizado a este projeto. Era um assunto que, provavelmente, poucos acreditavam que nós íamos conseguir resolver, e resolvemos. A partir do momento em que perceberam que isto era mesmo para resolver, que ia ser resolvido há que encontrar problemas. Desde questões, enfim, que as negociações foram feitas às escondidas, que havia problemas de registos, lembro-me de um determinado jornal, não sei se é bem um jornal aquilo... Mas, um meio de comunicação social aqui do concelho dizer qualquer coisa do género, se a memória não me falha, Tribunal de Contas bloqueia a pista. Li aquilo e disse: mas o que é isto?! Qual é o fundamento para uma informação destas? Sem ouvir a Câmara, quando aquilo é falso!? Nunca estive em causa e, naquele momento, o processo ainda estava para o Tribunal de Contas e depois veio favorável. Ou seja, sinto de facto, com alguma pena e tristeza, essa falta de apoio e tudo serviu para confundir as pessoas, para criar ruído. Portanto, isso só nos dá mais ânimo para avançar.

----- Relativamente, às obras aquilo que foi veiculado na comunicação social há pouco tempo é falso. As obras não estão atrasadas. Estão a decorrer conforme planeado. Aliás, esta última empreitada, o contrato foi assinado em janeiro. Temos um mês e meio de obra e está a olhos vistos aquilo que está feito. Está a correr bem e dentro dos prazos. Não há esse problema.-----

---- Relativamente à prova do nacional, a Federação não aceitou a primeira proposta do clube e a primeira proposta ia ser muito difícil mesmo assim de conseguir cumprir, porque não é uma obra qualquer, é uma obra complexa e, portanto, mesmo a correr tudo bem, precisávamos de ter condições climatéricas favoráveis como tivemos na primeira fase de movimentação de terras em que conseguimos executar em menos tempo que o que estava previsto. Nesta fase, o tempo não tem sido tão favorável, mas mesmo assim estamos a cumprir os prazos. Ia ser muito difícil só que mesmo assim a Federação não aceitou e coincidia com outra prova. O clube teve de remarcar. Quando soube disso, disse logo ao clube isto é impossível nesta data. Sabia-se de antemão que depois ter-se-ia de ajustar e a própria Federação é conhecedora da intervenção que estamos a fazer e depois teria de ajustar uma nova data, que já terá sido proposta pelo clube. Era importante para a FIA que houvesse uma prova nacional antes da prova internacional, de modo a testar tudo, dado que será a estreia da pista e, portanto, há sempre coisas ajustar. Eles próprios queriam estar para perceber como é que as coisas funcionam. Entretanto, aquilo que referiu do promotor, não é verdade. Portanto, o contrato não foi negociado e assinado pela Câmara. Naturalmente, que a Câmara acompanhou, como é óbvio, porque o clube não se sentia confortável para assumir determinados compromissos financeiros sem saber se a Câmara estava disponível para apoiar. Que é uma questão diferente! Mas quem assinou os

compromissos foi o clube, não foi a Câmara. Na altura, foi devidamente negociado. Lembro-me perfeitamente naquela Assembleia em que ninguém percebia a pressa de se realizar uma sessão no fim de semana das Festas Grandes. Há sempre uma razão para tudo. Mas não podíamos dizer porque estávamos impedidos, assumimos um dever de sigilo e, portanto, a informação só poderia ser veiculada depois da prova do mundial, que, entretanto, se realizou em setembro. Mas a situação estava devidamente tratada e contratualizada. O clube assinou contrato com esse promotor, só que, entretanto, houve um problema entre o promotor e a FIA, e houve uma rescisão de contrato. Isso deixou-nos muito surpreendidos, para não dizer outra coisa. Enfim, o que é que se podia fazer, partilhamos a nossa preocupação e a nossa angústia com a FIA. E, demos nota de que estávamos a fazer um investimento na expectativa de se realizar aquela prova. Portanto, o que lhe posso dizer relativamente a isso é que temos de aguardar, porque a FIA está a negociar com outros promotores. Esperemos que a muito curto prazo, aliás é imperioso que haja decisões a muito curto prazo, porque, relativamente às obras, não vai haver problemas porque está tudo controlado. Mas há uma outra série de coisas que é necessário contratar e organizar por parte do clube, e que isso não pode ser feito a dias ou semanas da prova, tem de ser feito com alguma antecedência. Estamos a entrar na linha vermelha, se porventura a prova for naquela data que estava prevista inicialmente. Portanto, não vale a pena estar aqui a especular. Temos de aguardar. É um problema da FIA que está a tentar resolver para encontrar esse novo promotor. E, portanto, não posso adiantar muito mais do que isso. E, portanto, são circunstâncias que não estão sob domínio da Câmara Municipal, nem do clube, e não é um problema só da prova em Portugal. É um problema de todo o calendário mundial. Temos de aguardar serenamente pelo desfecho e pela decisão da FIA nesse encontro do novo promotor. Portanto, acho que é completamente absurdo estar aqui a perguntar o que é que vai ser dos prejuízos dos comerciantes. Mas quais prejuízos? Aliás, esta prova nunca se realizou nos anos passados e mesmo que se tivesse realizado era de expectativas apenas que poderíamos estar a falar e não de prejuízos. Para já temos de aguardar. Não posso dizer que vai haver prova ou que não vai haver prova, porque não depende de mim. Por parte da Câmara, aquilo que posso dizer é que as obras estarão prontas a tempo. Se vai haver provas, ou se não vai, por nós haverá, pelo clube haverá. Temos de aguardar pela decisão de quem manda, que não somos nós que mandamos. E, se houver prova, é isso que todos esperamos. Se houver algum problema, acho que temos o nosso compromisso que foi assumido será cumprido, que é ter a pista pronta. E, portanto, há-de haver uma solução para esse problema. Acho que não faz sentido nenhum estar a falar de prejuízos para os comerciantes, porque não se trata de prejuízos, quando muito é de expectativas. Relativamente a esta matéria, peço que compreendam que não posso dizer muito mais do que aquilo que disse. Estamos a trabalhar seriamente para que isto tenha um bom desfecho. Naquilo que depende do empenho do clube automóvel de Lousada e do Município de Lousada, seguramente que estamos a trabalhar

nesse pressuposto e para que tudo corra bem para que as obras corram de acordo com o previsto e dentro dos prazos previstos. Relativamente, àquilo que não está sob o nosso domínio temos de aguardar serenamente.» -----

----- E, nada mais havendo a tratar, a Presidente da Assembleia Municipal, Lurdes Castro, deu a palavra ao 1.º Secretário da Assembleia Municipal, Rúben João Pinto Bessa, que leu a Ata Minutada. -----

----- E, em seguida a Presidente da Assembleia, Lurdes Castro, submeteu à votação a Ata Minutada da Sessão Ordinária n.º 21/2025, que foi aprovada por unanimidade de 31 votos dos membros presentes e que fica apensa a esta ata, declarando a sessão encerrada às 00h13min. -----

----- **Faltaram à sessão os seguintes membros da Assembleia Municipal:**

- **Carlos Manuel Cunha Moreira**, Coligação Acreditar Lousada; -----
- **António Fernando Morais da Silva**, Presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém (PS); -----
- **Armando da Costa Silva**, Presidente da União de Freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) (Coligação Acreditar Lousada). --

Lousada, 27 de fevereiro de 2025.

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria de Lurdes Oliveira e Castro _____

O 1º Secretário

Rúben João Pinto Bessa _____

O 2º Secretário

Maria José Pacheco Meireles Magalhães _____

Ata aprovada na 22.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Lousada de 30/04/2025 por unanimidade dos membros presentes participantes na sessão ordinária de 27/02/2025.